

RELATÓRIO ANUAL 2023





SUMÁRIO

4 NÚMEROS

15 EVENTOS

27 FUNDO
ESPECIAL

31 RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO

38 RELATÓRIO DE
AUDITORIA

9 RESPONSABILIDADE
SOCIAL

24 PATROCÍNIOS

28 ORÇAMENTO

34 DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

41 NOTAS
EXPLICATIVAS

INTRODUÇÃO



2023, ano que marcou, indelevelmente, a trajetória do Sicoob Fluminense: seus 25 anos de existência.

Para registrar uma data tão significativa foi feito um livro, contando esta linda história de comprometimento e apoio a pessoas, nossos cooperados: "Do Sonho ao Sucesso".

Ainda, durante o ano, houve eventos que continuam fortalecendo nosso ideal cooperativista.

Vocês que estão com acesso a este relatório podem avaliar a intensa lista de iniciativas e comemorações nas quais o Sicoob Fluminense marcou sua presença.

Importante observar que, a cada ano, a trajetória do Sicoob Fluminense vem sendo ampliada com ações bastante significativas, atuando de maneira eficiente junto a instituições e comunidades da região. É importante observar; também: apenas uma presença física. É uma presença atuante, de entrega, de participação. É de estar junto e contribuir para um mundo com mais afetividade, com mais esperança, com apoio e com sensação de estar cumprindo com missões dignas do ser humano.

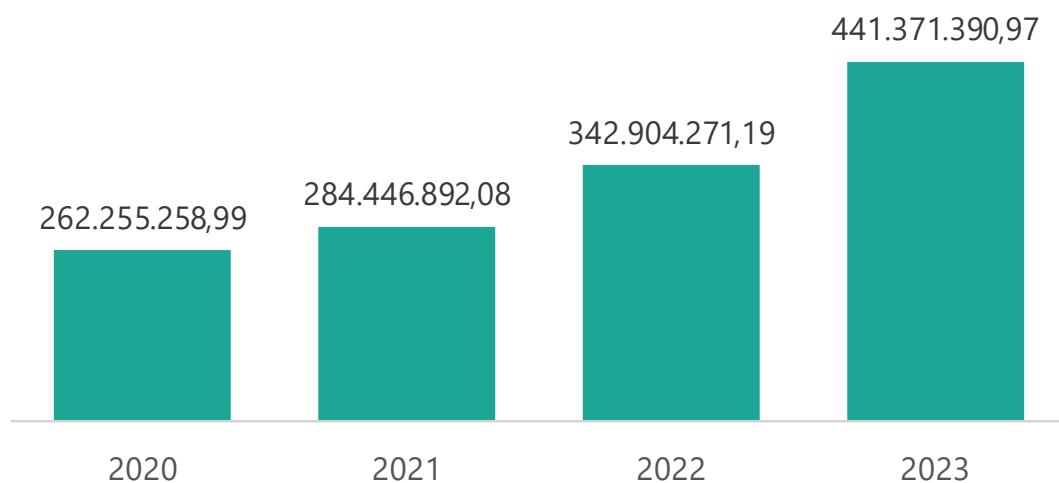
Recado afetuoso para nossos cooperados:
Vocês são a razão de tudo que aqui é realizado. Sem sua confiança e participação, nada seria possível. Estamos juntos. Sempre.

Vera Lúcia Chagas de Almeida
Presidente do Conselho de Administração

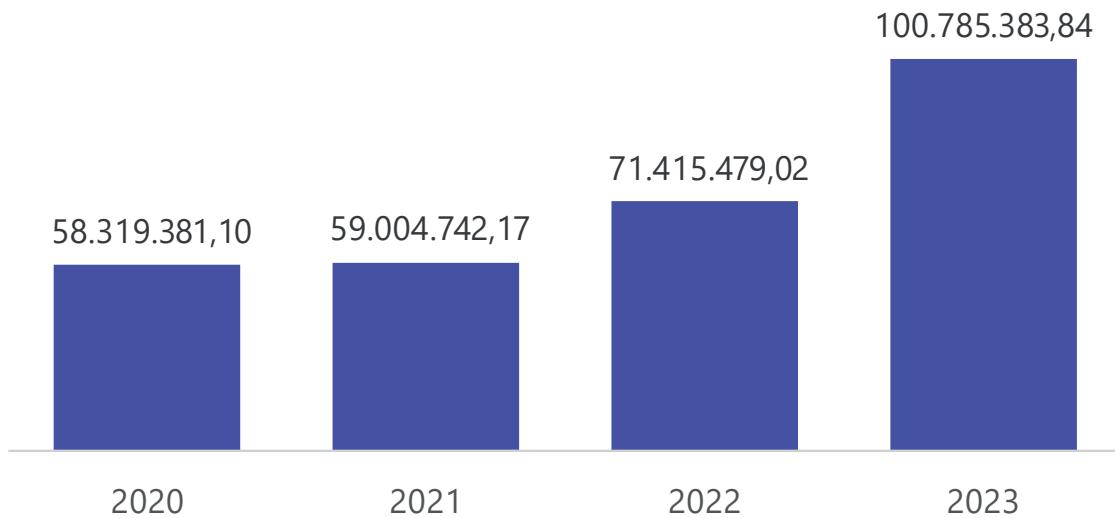


NÚMEROS

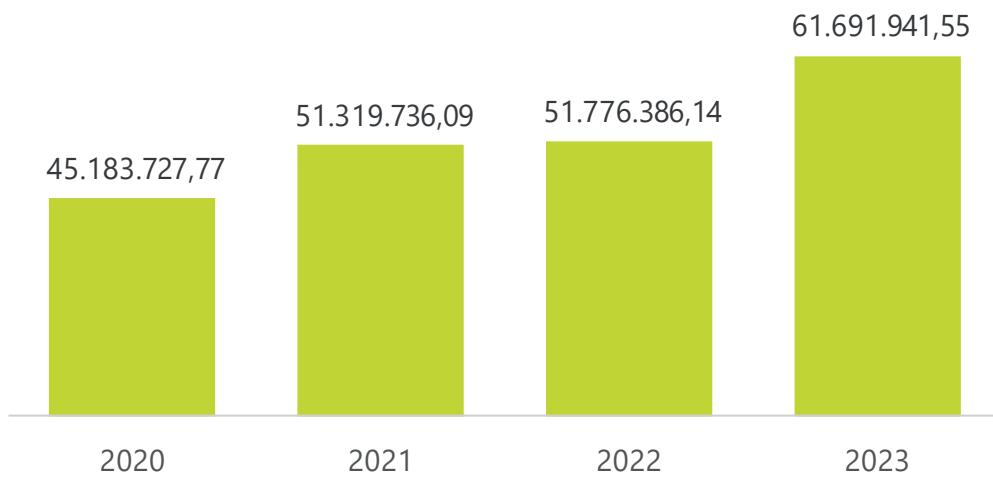
ATIVO TOTAL



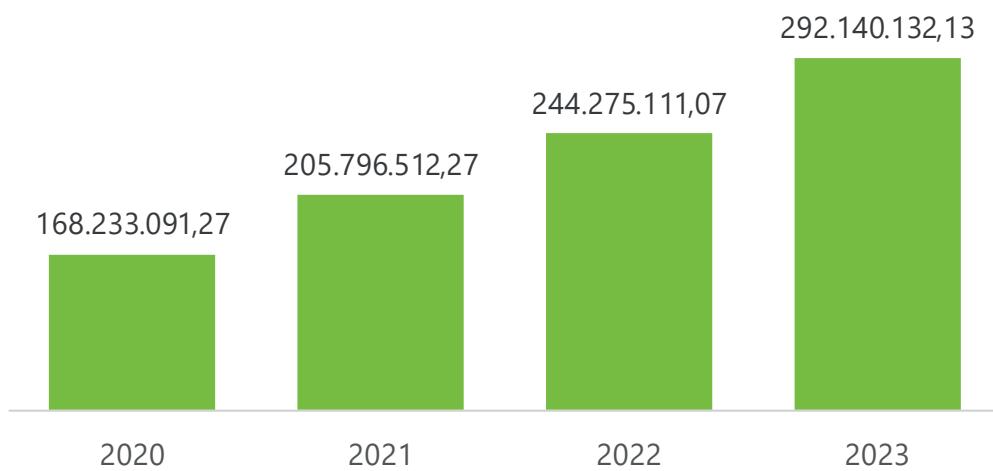
DEPÓSITOS À VISTA



PATRIMÔNIO LÍQUIDO



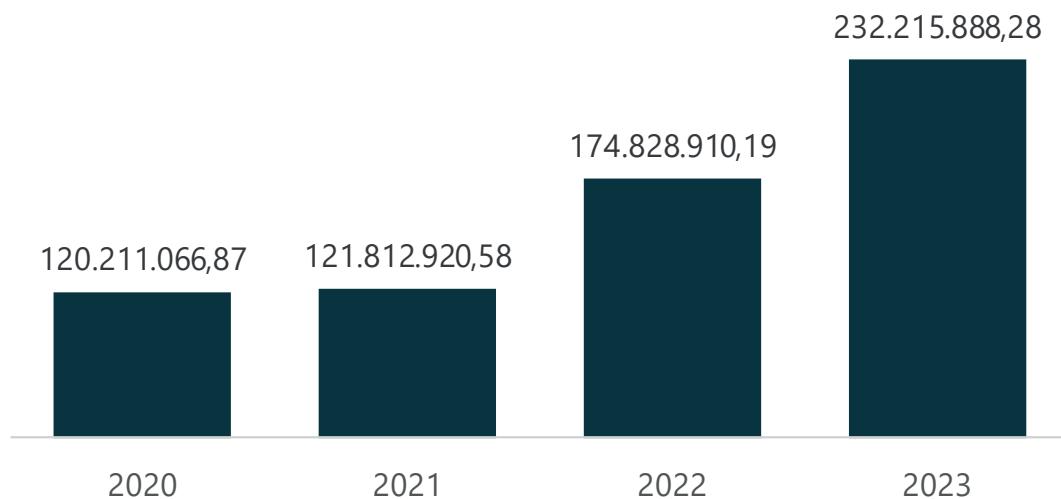
OPERAÇÕES DE CRÉDITO



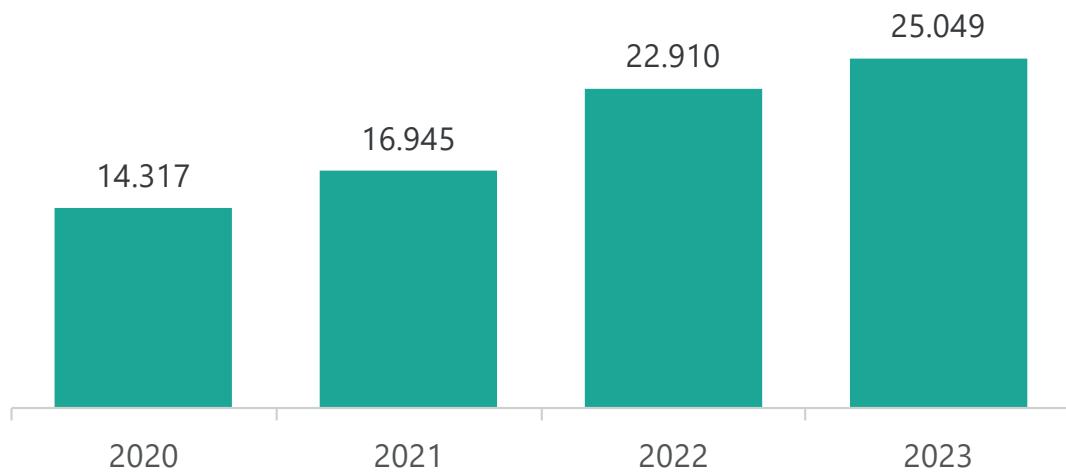


NÚMEROS

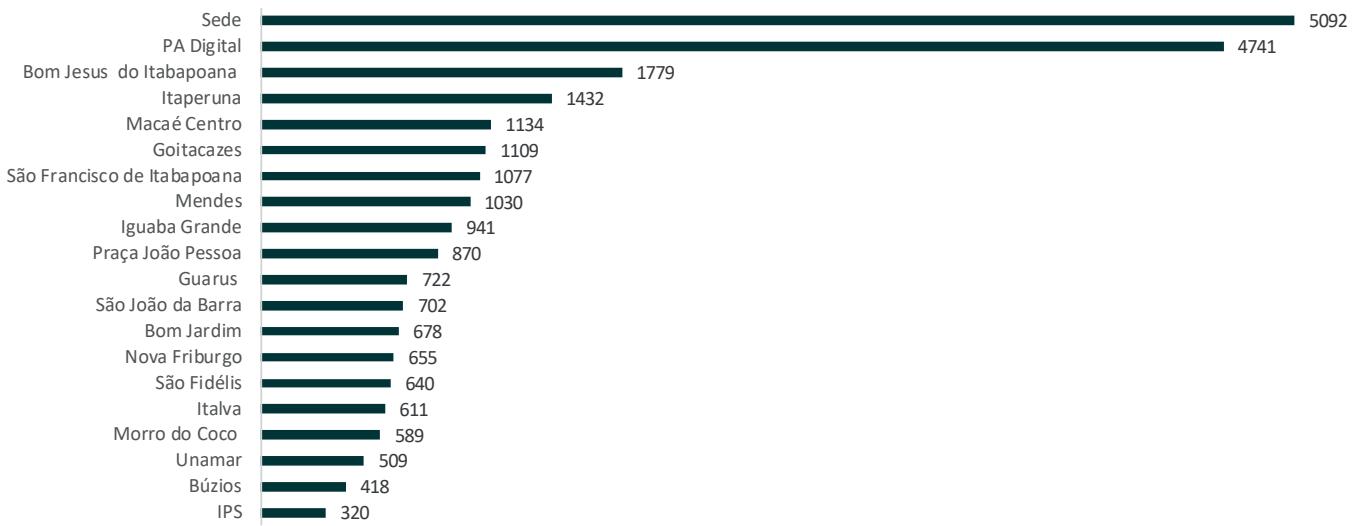
DEPÓSITOS A PRAZO



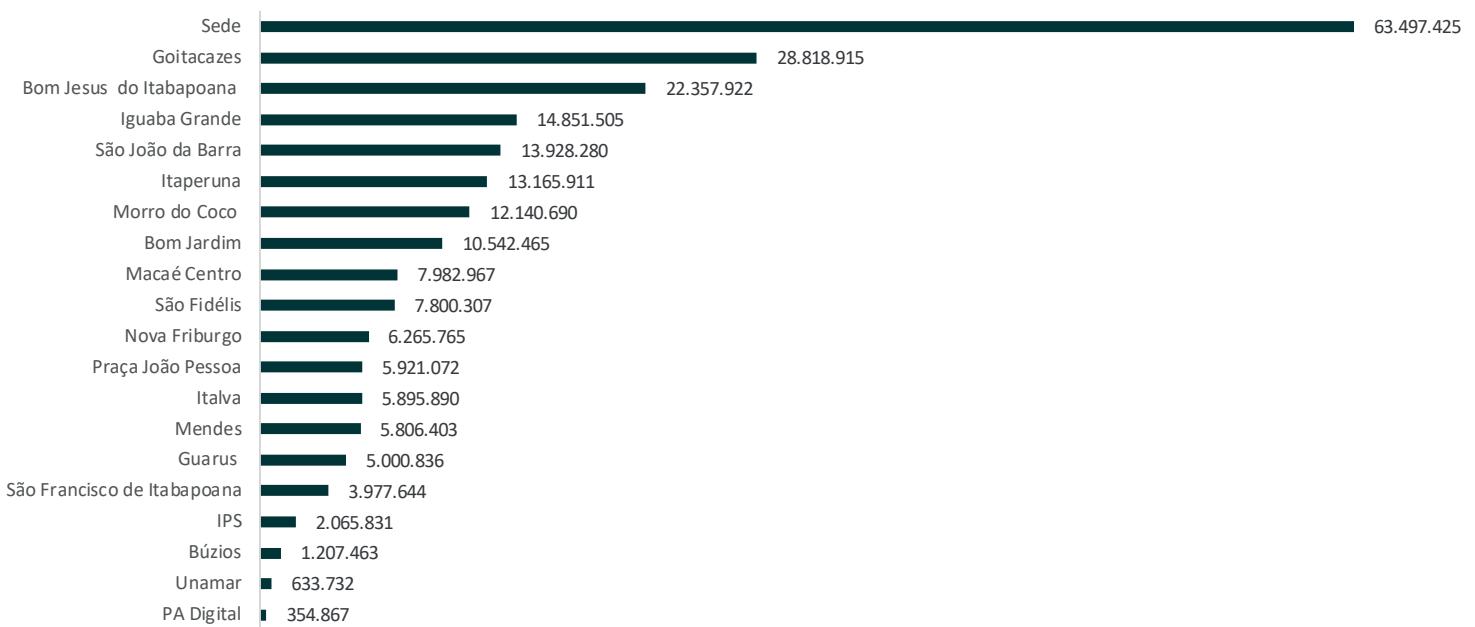
ASSOCIADOS



ASSOCIADOS



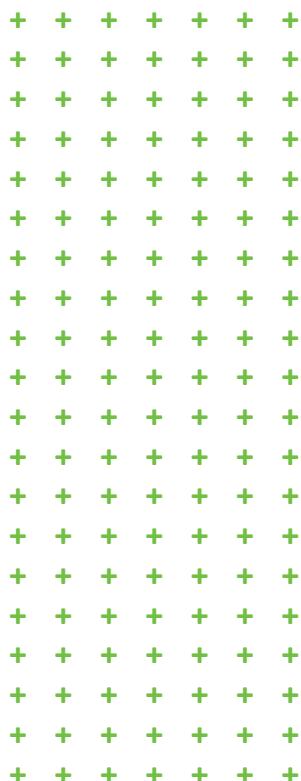
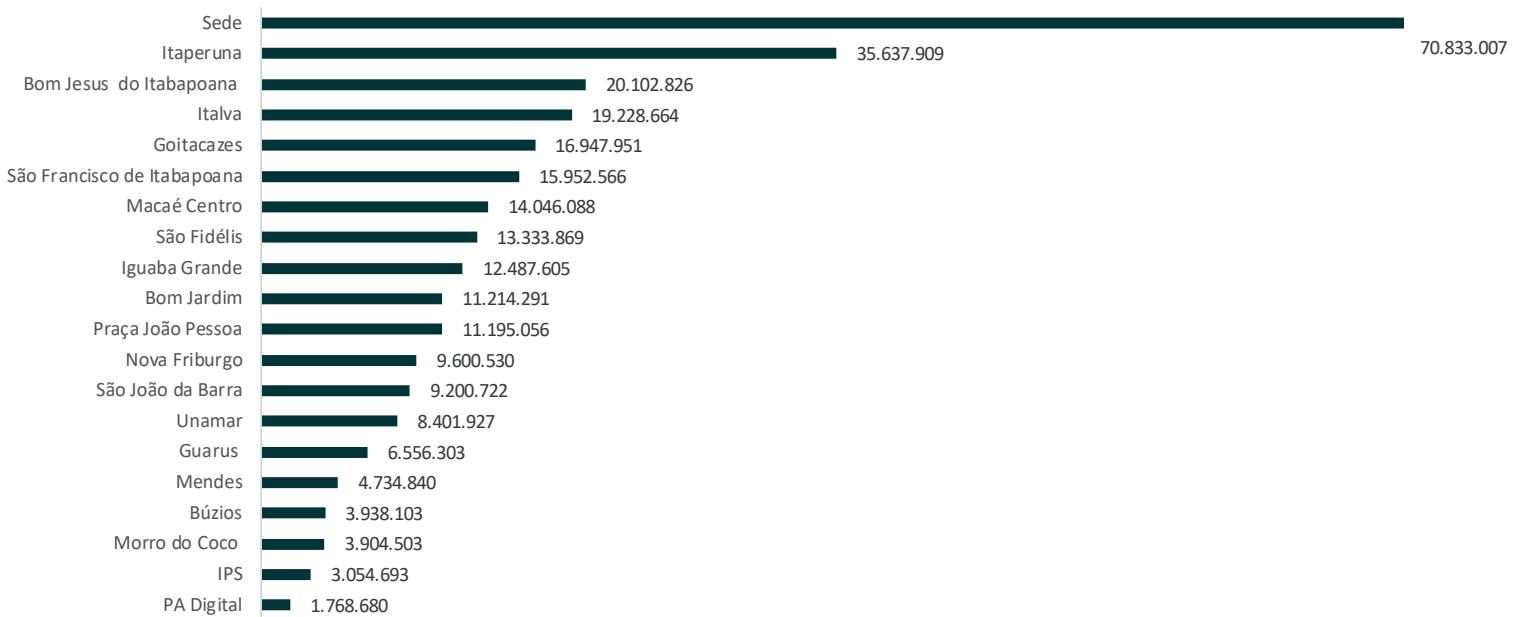
DEPÓSITO A PRAZO





NÚMEROS

OPERAÇÕES DE CRÉDITO



RESPONSABILIDADE SOCIAL

MARÇO

- Entre os dias 20 e 26 de março o Sicoob Fluminense participou com diversas ações da 11.ª edição da Global Money Week (GMW), campanha anual global voltada à promoção da educação financeira junto a crianças e jovens, promovida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2023, o tema da GMW foi “Planeje seu dinheiro, plante seu futuro”. O objetivo principal da semana é justamente capacitar as gerações mais novas a administrar suas finanças de forma consciente e divulgar ações neste sentido.

ABRIL

- Anunciada no dia 10 de abril, pela cooperativa, a abertura de inscrições, pelo Instituto Sicoob, para a 12.ª edição do Concurso Cultural, que teve como tema “Escola que coopera, faz um futuro melhor”. Participaram estudantes do ensino fundamental, regularmente matriculados nas redes de ensino público, privado e de cooperativas educacionais. A ação teve início na segunda-feira, 10 de abril. A iniciativa é norteada pelo quinto princípio do cooperativismo, cujos pilares são a educação, a formação e a informação, tanto de cooperados como da sociedade em geral. O Sicoob Fluminense coordena o concurso em suas áreas de atuação.



JUNHO

- Foi lançado oficialmente no dia 21 de junho, no Teatro Municipal Trianon, em Campos dos Goytacazes, o projeto MovimentArte, desenvolvido pela ONG Nação Basquete de Rua e voltado a crianças e adolescentes oriundos das escolas públicas para a formação profissional em vários segmentos da arte e cultura, com o apoio do Sicoob Fluminense. Em parceria com o Ministério da Cultura, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, o projeto oferece oficinas, cursos em elaboração, produção e gestão de projetos culturais, e formação de agentes socioculturais.



- No dia 23 de junho, o Sicoob Fluminense finalizou a sua Campanha do Agasalho 2023 - união solidária das cooperativas Sicoob Fluminense, Unimed e Unicred. As doações foram encaminhadas para a agência do Sicoob Fluminense e agência Guarus; Centros Administrativo e de Especialidades Unimed e Unicred Campos. O material arrecadado, cerca de mil itens, foi encaminhado para o Asilo Nossa Senhora do Carmo e a Associação Bem Faz Bem.





RESPONSABILIDADE SOCIAL

AGOSTO

- Com o patrocínio do Sicoob Fluminense, a equipe do projeto de extensão do IFFluminense Campus Campos Centro “A Grande Sacada”, de vôlei de praia, conquistou uma série de vitórias na terceira etapa do circuito Livre - Rio de Janeiro, que foi disputado dias cinco e seis de agosto na praia do Leblon, sendo campeã e vice na categoria infantil, campeã no juvenil e adulto e terceiro lugar na categoria pré-mirim. “A Grande Sacada”, coordenado pelo professor Edson Marcos Barreto Filho, é um dos mais antigos programas de assistência social apoiados pelo Sicoob Fluminense.



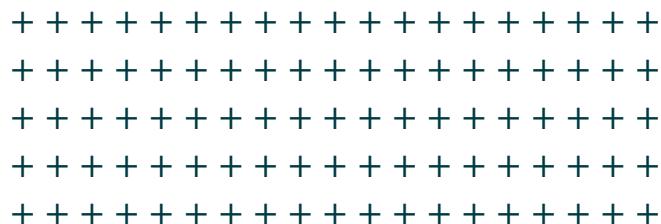
- Nos dias sete, oito e nove de agosto o Sicoob Fluminense recebeu a visita técnica de alunos ligados à Obra do Salvador, entidade assistencial de Campos dos Goytacazes. Esse tipo de atividade faz parte do projeto de integração social denominado “Visitando o Sicoob”. Através dele três grupos de alunos da Obra do Salvador estiveram na cooperativa conhecendo as atividades da instituição, através de visitas aos setores.



- A Escola Municipalizada Prefeito João Gurito, do município de Mendes, foi premiada na 5.ª Mostra de Ciências do Clube, realizada no dia 11 de agosto, no Colégio Santos Anjos, no município de Vassouras. Com o tema “Cooperativa Mirim (UNICOOP)”, que tem o apoio direto do Sicoob Fluminense, a unidade escolar conquistou o 1.º lugar em notas na categoria Geral, o 1.º lugar na categoria Júnior 1, e o troféu de primeiro lugar por áreas de estudo História e Ciências Sociais.



- No dia 12 de agosto, a cooperativa participou do Dia C em Nova Friburgo. Desenvolvido pela Escola Fribourg, o evento aconteceu na Estação Livre, no centro da cidade. A educação financeira, orientações sobre o cooperativismo, orientações para a saúde bucal, aferição de pressão arterial e níveis de glicose e ações de recreação foram serviços oferecidos pela cooperativa à comunidade. Em 2023, o tema do Dia C, cujo objetivo é o de executar iniciativas de responsabilidade social nas comunidades em que as cooperativas estão inseridas, foi “Cooperativas pelo Desenvolvimento Sustentável”.



- A cooperativa participou no dia 14 de agosto, como entidade patrocinadora, do projeto A Festa é Sua, da Associação Nova Vida, entidade filantrópica de Campos dos Goytacazes, cujo objetivo é celebrar de forma coletiva o aniversário das crianças e adolescentes que são assistidas.



SETEMBRO

- Dentro do seu plano de ações sociais, o Sicoob Fluminense apoiou, no dia 17 de setembro, a primeira Corrida Rústica da Baixada Campista. Foi montado em Goytacazes um stand para divulgação dos produtos e serviços da cooperativa, e uma equipe formada por membros da área de relações sociais e institucionais e da agência local do Sicoob Fluminense esteve presente para trabalhar por um dos princípios do cooperativismo - o interesse pela comunidade, desenvolvendo uma série de atividades.



- Tendo à frente o Diretor-Presidente Neilton Ribeiro da Silva, uma equipe do Sicoob Fluminense esteve reunida com o Prefeito do município de Mendes. O evento foi realizado no dia 30 de setembro, e marcou a realização do dia C - Dia de Cooperar, que já faz parte do calendário de ações sociais das entidades cooperativas. As inscrições para o Passeio Ciclístico foram feitas mediante a doação de dois quilos de alimentos não perecíveis, revertidos para diversas instituições assistenciais do município.



OUTUBRO

- O Sicoob Fluminense desenvolveu uma série de ações dentro da Semana Mundial do Investidor, entre os dias dois e oito de outubro. A WIW é uma campanha global de proteção e educação financeira para investidores, e foram promovidas iniciativas presenciais, online e híbridas com foco na proteção e educação do investidor. A cooperativa compartilhou, em suas redes sociais, dicas e informações com foco na educação financeira, e vários eventos foram realizados de forma presencial em Campos e municípios assistidos.

- No dia seis de outubro, foi encerrada a campanha e arrecadação de brinquedos realizada anualmente pelo Sicoob Fluminense, através de suas agências e postos de coleta. Iniciada no dia quatro de setembro, a campanha foi apontada como sucesso, sendo o material arrecadado destinado a instituições filantrópicas.



- Em outra ação dentro do projeto de responsabilidade social, a cooperativa apoiou um evento aberto do Skate 4 Us, realizado em Campos dos Goytacazes. O encontro dos aficionados e participantes foi no dia sete de outubro. As manobras dos skatistas foram realizadas no espaço próprio para o esporte da Praça da República, atrás da rodoviária municipal Roberto Silveira. O Skate 4 Us é um projeto de skate inclusivo que tem como objetivo principal trazer o público jovem PCD visual e com múltiplas deficiências para o universo do skateboard.



- Dentro das ações desenvolvidas no Outubro Rosa, mês de prevenção ao câncer de mama, o Sicoob Fluminense foi um dos apoiadores do evento realizado pelo Instituto Sawanna Por Todos, no dia 19 de outubro, em Campos dos Goytacazes. O encontro reuniu autoridades municipais e regionais, médicos especialistas, membros da sociedade civil e pacientes oncológicos, e aconteceu justamente na data que marca o Dia Mundial de Combate ao Câncer de Mama.



- Na última semana de outubro, foi anunciado que o Sicoob Fluminense, através da internet – com foco no seu site e no seu canal do YouTube, assim como nas redes sociais e pelos canais digitais, alcançou a marca dos sete mil seguidores em seu Instagram e 1.500 no LinkedIn. Muito embora tenha como uma de suas marcas o contato direto com os associados, sendo inclusive reconhecido como uma das instituições cooperativas de crédito que mais se aproximam das comunidades nas quais está inserido, o Sicoob Fluminense dá atenção especial ao mundo digital, estando atento a todas as novidades da área de tecnologia de informação.



NOVEMBRO

- No dia dez de novembro, em Mendes, houve a comemoração pelos cinco anos de fundação da Cooperativa Mirim do município do sul do estado. A Unicoop é pioneira no Rio de Janeiro e tem o apoio direto do Sicoob Fluminense. Na mesma data, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da cooperativa, para a troca de diretoria, e divulgada para a comunidade a premiação obtida pela Cooperativa Mirim, contemplada com um valor de R\$ 10 mil, através de destinação do Sicoob UniMais Rio, pela “Premiação Solidária: Campanha de Seguros”.

- Na segunda-feira, 13 de novembro, foi o Dia Mundial da Gentileza. O Sicoob Fluminense, junto com a empresa parceira Primata, desenvolveu no auditório da sede, em Campos dos Goytacazes, uma atividade/dinâmica voltada para os colaboradores, com o kit alegria, um cartão postal especial, para um amigo oculto da gentileza. Oficialmente, a iniciativa começou em 1996 em uma conferência realizada em Tóquio, no Japão, pelo WKM (World Kindness Movement - Movimento Mundial da Gentileza, em tradução livre).



- Com o apoio do Sicoob Fluminense, o projeto “Papo Reto” foi lançado oficialmente no dia 30 de novembro, em Campos dos Goytacazes. O evento de lançamento foi em uma reunião do projeto no centro de convenções da Universidade Estadual do Norte Fluminense. O “Papo Reto” é desenvolvido pela ONG Nação Basquete de Rua, em convênio com a Fundação Osvaldo Cruz (Fio Cruz / Ministério da Saúde).



DEZEMBRO

- No dia 13 de dezembro, no Teatro do Sesi, Campos dos Goytacazes, houve o encerramento das atividades 2023 do Projeto Vivências Musicais. Os adolescentes e jovens da Associação Bem Faz Bem, da localidade de Ururá, fizeram diversas demonstrações artísticas de música. A noite teve ainda a apresentação do ator e cantor Sérgio Loroza. O Vivências Musicais, da Graviola Produções, é um projeto inscrito na Lei Federal de Incentivo à Cultura, apoiado pelo Banco Sicoob e pelo Instituto Sicoob, e organizado na região pelo Sicoob Fluminense. Trata-se de um amplo programa de educação musical para adolescentes e jovens.

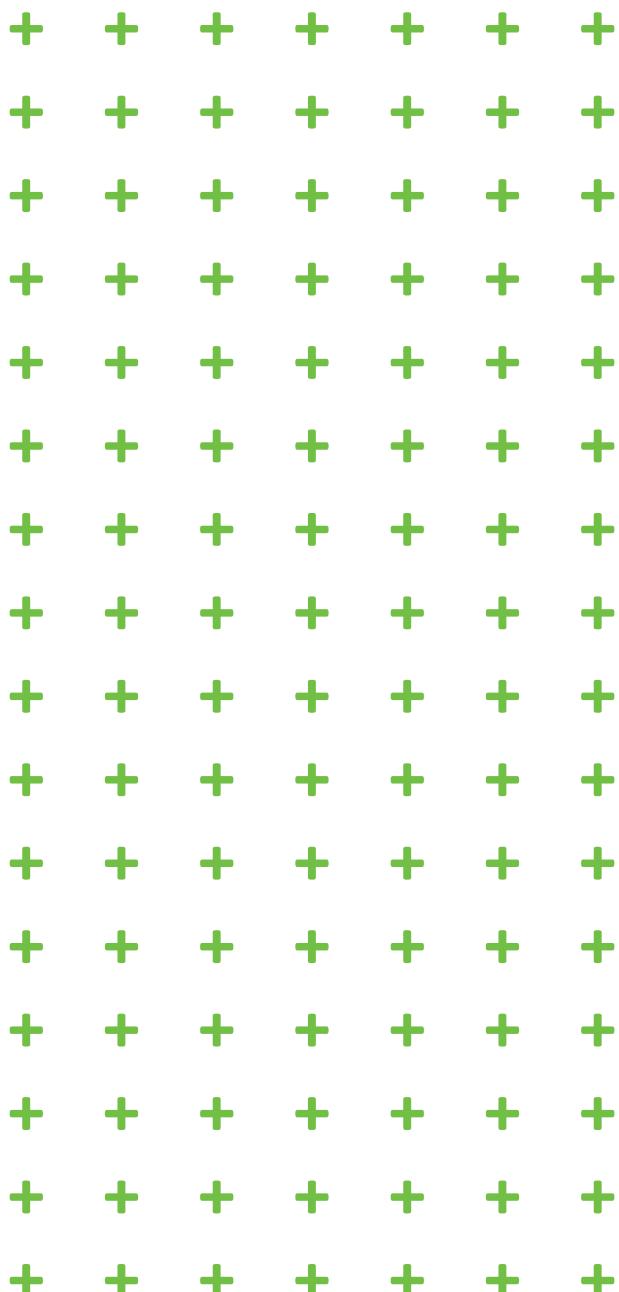


- O Sicoob Fluminense foi a cooperativa vencedora do prêmio “Cooperativa do ano - Instituto Sicoob”, conferido durante a realização do evento Avança Rio 2023, no dia 16 de dezembro, no Rio de Janeiro. O prêmio carimbou as iniciativas da área social desenvolvidas pela cooperativa, que já tem reconhecimento em todas as suas regiões de atuação.

Nesta edição foi a primeira vez que a categoria Instituto Sicoob foi premiada, e o Sicoob Fluminense foi lembrado pelos impactos positivos de suas ações nas comunidades. O Avança Rio 2023 serviu para a discussão do que foi executado em 2023 e os caminhos a serem seguidos em 2024. Uma grande equipe do Sicoob Fluminense, envolvendo a Diretoria, Conselho de Administração e setor de Relações Institucionais e Sociais, esteve presente ao evento.



- Encerrada, no dia 20 de dezembro, a Campanha 2023 de arrecadação de alimentos do Sicoob Fluminense, que envolveu todas as agências da cooperativa. As doações começaram a ser recebidas no dia 29 de novembro, e mais uma vez o evento, com o tema “Sua solidariedade é um prato cheio”, superou as expectativas, com os gêneros também sendo enviados a instituições assistenciais.



EVENTOS

FEVEREIRO

- O Sicoob Fluminense participou, no dia oito de fevereiro, da Rodada de Negócios com Empresas do Porto do Açu, empreendimento no município de São João da Barra e projeção nacional. O evento, uma ação da Capacita Fornecedores, com realização em parceria da GNA – Gás Natural Açu e o Sebrae, foi no centro de convenções da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, em Campos dos Goytacazes, e a cooperativa de crédito agilizou o desenvolvimento de negócios, capacitação de clientes e divulgação.

- Ainda no dia oito de fevereiro, a cooperativa deu o primeiro passo para sua filiação oficial à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. A diretoria da cooperativa recebeu uma equipe da Representação Regional da Firjan Norte Fluminense para obter informações acerca das operações e serviços prestados pela entidade, assim como benefícios aos associados e discussão de possibilidade de realização de futuras parcerias.



- O Sicoob Fluminense abriu, no dia 28 de fevereiro, o projeto Café Cooperativo em 2023. O Diretor-Presidente Neilton Ribeiro da Silva e a supervisora de Relações Sociais e Institucionais Maria Clara de Oliveira receberam o empresário Tairone Oliveira, presidente da AFGlobal Brasil, com sede em Macaé, e sócio representante da empresa Capital Relacional. O Café Cooperativo tem o objetivo de estreitar as relações da cooperativa com os mais diferentes segmentos da sociedade, para apoios, captação e parcerias.



ABRIL

- O Sicoob Fluminense foi uma das entidades apoiadoras do IV Simpósio de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, entre os dias 11 e 13 de abril, no IFFluminense, em Campos dos Goytacazes. A cooperativa ficou responsável pela premiação dos melhores trabalhos de Graduação e Pós-Graduação que foram apresentados no simpósio, com a oferta de seis Kindles.



- A cooperativa teve suas contas relativas ao ano de 2022, aprovadas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 23 de abril, no auditório do Sicoob Fluminense, em Campos dos Goytacazes, presidida pela Presidente do Conselho de Administração, Vera Lúcia Chagas Almeida. Além da prestação de contas do ano de 2022 dos órgãos da administração, os delegados presentes à AGO aprovaram todos os demais itens propostos, como a reforma estatutária para adequação à Lei Complementar 196/2022 e a forma de devolução do capital social de ex-associados, entre outros pontos.



MAIO

- O Diretor-Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, recebeu no dia três de maio um grupo de representantes do Projeto Paraesporte, que trabalha na região com a inclusão na prática esportiva de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Outra etapa do “Café Cooperativo”, o encontro serviu para o início das conversações em torno de trabalhos comuns, e hoje o Sicoob Fluminense apoia diretamente o Projeto Paraesporte, que surgiu oficialmente em 2013, no município de Rio das Ostras, e chegou a Campos em 2017.



- No dia nove de maio, o Diretor-Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, participou de uma reunião com integrantes do Convention & Visitors Bureau Costa Doce, que inclui os municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, e representantes do segmento do turismo regional. O encontro foi na sede da rádio Live FM, na avenida 28 de Março, e serviu de troca de experiências e para que os integrantes da

instituição, que trabalha para o desenvolvimento do turismo regional, conhecessem os serviços e produtos financeiros do Sicoob Fluminense e suas ações sociais.



- Em Iguaba Grande, no dia 19 de maio, na Praça Edyla Pinheiro, centro da cidade - a cooperativa marcou com um projeto piloto sua participação na 10ª. edição da Semana Nacional de Educação Financeira, que teve como tema a Resiliência Financeira. Foram feitas palestras, contação de histórias e atendimento presencial por voluntários da cooperativa. As ações tiveram o apoio da prefeitura de Iguaba Grande e também marcaram as comemorações pelo primeiro aniversário da agência do Sicoob Fluminense naquele município.

JUNHO

- No dia 12 de junho, a visita de representantes da Obra do Salvador, de Campos dos Goytacazes, à cooperativa, marcou mais uma etapa do projeto “Café Cooperativo”. O grupo discutiu com maior ênfase a adoção de medidas para a inserção de jovens no mercado de trabalho da região, e teve informações das ações do Sicoob Fluminense. A Obra do Salvador é uma entidade filantrópica que trabalha com o atendimento a jovens em situação de vulnerabilidade sócio-econômica.



JULHO

- No dia 15 de julho, cerca de 500 pessoas, entre diretores, conselheiros, gerentes regionais, colaboradores, associados e seus familiares e representantes dos mais diversos segmentos da sociedade de Campos dos Goytacazes e região lotaram os salões do "Espaço mais que Perfeito", no bairro Jockey 2, e compartilharam todas as ações das festividades que marcaram os 25 anos do Sicoob Fluminense, cuja data oficial de fundação é 16 de julho de 1998. O primeiro evento foi o lançamento do livro "Do Sonho ao Sucesso - 25 anos do Sicoob Fluminense", cuja elaboração esteve a cargo de uma comissão coordenada pela Presidente do Conselho de Administração, Vera Lúcia Almeida, e integrada pelo jornalista e advogado Luciano Aquino Azevedo e pelo designer e artista Matheus Crespo. Outro momento marcante da solenidade foi a entrega do 20º troféu "Amigo do Cooperativismo" à primeira estagiária da cooperativa, Mônica Pinto. Apresentação de um vídeo institucional, show, coquetel e sorteios completaram a festa.



- O Sicoob Fluminense inaugurou oficialmente no dia 27 de julho a sua agência no bairro do IPS, em Campos dos Goytacazes, na rua Dr. Beda, 361. Dezenas de representantes dos mais diferentes ramos da comunidade e de associações de classe, assim como do poder público e empresários, acompanharam o evento. O bairro foi estrategicamente definido para receber a nova agência, porque existia uma lacuna quanto ao atendimento bancário para a localidade, que tem uma extensa atividade comercial e está ao lado de outros bairros importantes da cidade.



- Representado pelo seu Diretor-Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, o Sicoob Fluminense recebeu o troféu Destaque do Ano 2023 na cidade de Macaé, Norte Fluminense, pela excelência dos serviços prestados à comunidade. A solenidade de entrega do troféu foi no dia 26 de julho, no restaurante Ô Zé Gastronomia, no bairro de Cavaleiros, com organização do Jornal dos Bairros, Programa Bom Astral, Focus Produtora, Troféu Destaque do Ano, Agemac Pesquisas, Casa da Imprensa e TV Litoral. Ao lado de sua esposa, Waldira Ribeiro, Neilton Silva estava ainda acompanhado do Gerente Regional Melquisedek Nunes da Silva e da Supervisora da agência de Macaé, Jéssica Duarte.



AGOSTO

- Entre os dias 09 e 11 de agosto, o Sicoob Fluminense participou da FEVEST Conceito 2023 – Feira de Moda Íntima, Praia, Fitness e Materia-Prima, no Nova Friburgo Country Clube, na cidade de Nova Friburgo. A cooperativa foi patrocinadora do evento, realizado há mais de 30 anos e voltado para empresários, compradores, fornecedores e entidades ligadas à cadeia têxtil de todo o Brasil, além de apresentar as novidades do mercado, sendo a interface de geração de grandes negócios entre empresários do setor.



- O Sicoob Fluminense foi uma das instituições patrocinadoras do Mês da Advocacia 2023, realizada entre os dias sete e 12 de agosto. Em Campos dos Goytacazes e na região, os eventos que fizeram parte do rol de ações estiveram a cargo da 12ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, com o apoio da OAB-RJ, CAARJ e Escola Superior de Advocacia. Paralelamente ao apoio formal, o Sicoob Fluminense teve espaços disponíveis nos eventos da programação para a realização de exposições sobre produtos e serviços.



- Tendo à frente o seu Diretor-Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, e a Presidente do Conselho de Administração, Vera Lúcia Almeida, o Sicoob Fluminense participou das festividades em torno dos 30 anos da Universidade Estadual do Norte Fluminense, dia 16 de agosto, em Campos dos Goytacazes. Eles foram recebidos pelo Reitor da UENF, Raul Palácios, e acompanharam a série de shows e apresentações que marcaram o evento, e a cooperativa foi uma das instituições patrocinadoras.



SETEMBRO

- O Sicoob Fluminense também foi um dos patrocinadores do décimo primeiro Festival de Petiscos da praia do Farol de São Tomé, em Campos dos Goytacazes, que aconteceu nos finais de semana dos dias primeiro a três, e sete a dez de setembro. Há quatro anos, o festival é reconhecido como patrimônio imaterial cultural do Estado do Rio de Janeiro. Os estabelecimentos participantes utilizaram a maquininha Sipag do Sicoob Fluminense, a exemplo do que ocorreu no evento de 2022. A cooperativa ainda montou uma estrutura de integração no local, na área da Marinha.



- Em nova etapa do projeto “Café Cooperativo”, o Sicoob Fluminense recebeu, no dia 22 de agosto a visita de uma equipe do Instituto Contra-Ataque, de Campos dos Goytacazes, composta pelo Presidente Fernando Antônio; Wosney Ramos de Souza, Diretor Psicopedagógico; Gabriela Bandeira, Diretora de Desenvolvimento Humano e Social e Jarbas Ferreira, Diretor Financeiro. Eles apresentaram as ações do instituto e se mostraram abertos a futuras parcerias institucionais.

- Ainda pelo projeto “Café Cooperativo”, o Diretor-Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, recebeu no dia 23 de agosto, a visita de Rafael Cardoso Riscado e Hugo Pereira, respectivamente Presidente e Vice da Associação Atlética Carapebus. Na oportunidade, eles apresentaram o projeto “Atletas do Futuro”, e receberam de Neilton Silva informações referentes ao funcionamento da cooperativa. O objetivo foi também discutir futuros trabalhos em conjunto.

- Através de uma parceria entre o Sebrae Rio, Sicoob Fluminense, Sindicato Rural e secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca de Campos dos Goytacazes, foi capacitada uma nova turma do Empretec Rural no Norte Fluminense. O evento, voltado para o setor rural especificamente, aconteceu entre os dias 21 e 26 de agosto, no Sindicato Rural de Campos. O objetivo foi o de trabalhar a transformação de produtores rurais em grandes empreendedores.

- Em reunião no dia cinco de setembro, na sede da Organização das Cooperativas Brasileiras - Rio de Janeiro, o Sicoob Fluminense foi homenageado pela passagem dos seus 25 anos de fundação, comemorada em 2023. O Diretor Presidente da cooperativa, Neilton Ribeiro da Silva, recebeu do presidente da OCB-RJ, Vinícius Mesquita, uma placa comemorativa alusiva à trajetória do Sicoob Fluminense. Para Neilton Silva este foi um grande gesto de reconhecimento da OCB pela história e pelo trabalho desenvolvido pelo Sicoob Fluminense, ao longo desses 25 anos.



- O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, representou oficialmente a cooperativa no dia seis de setembro, em evento realizado pela Universidade Estácio de Sá, em Campos dos Goytacazes. O “Talk Show Administração” foi organizado pela unidade de ensino superior com o objetivo de proporcionar aos participantes o incentivo à cultura de ideias inovadoras nas empresas, em diversos segmentos de atividades. Neilton Silva, na oportunidade, abordou conhecimentos e atividades que possam fazer os alunos se interessarem pelo mercado financeiro.



- A 38.ª Expoagro do município de São Francisco de Itabapoana recebeu o apoio do Sicoob Fluminense. Realizada entre os dias 14 e 17 de setembro, no Parque de Exposições de Praça João Pessoa, a exposição contou com uma série de atrações especiais. O Sicoob Fluminense foi a única instituição financeira a divulgar sua marca em todas as áreas do parque, trabalhando na apresentação de produtos e serviços, especialmente com foco na área rural, a exemplo das linhas de crédito.



- Em sua sexta edição, a Feira de Oportunidades do Fórum Interinstitucional de Dirigentes do Ensino Superior de Campos contou com a participação do Sicoob Fluminense. O evento aconteceu nos dias 21 e 22 de setembro no IFF Campus Campos Centro. O Sicoob Fluminense montou no local um stand para atendimento aos interessados, objetivando divulgação e fornecimento de informações. A Feira de Oportunidades objetivou promover a possibilidade de estudantes e trabalhadores terem contato com empresas e instituições de ensino visando a estágios, empresas e instituições



OUTUBRO

- Representado pelo Diretor-Presidente Neilton Ribeiro da Silva, e pelo Diretor Administrativo-Financeiro, Charles Medina, o Sicoob Fluminense esteve presente no 5.º Pense Sicoob, realizado nos dias cinco e seis de outubro no Complexo Brasil 21 – Centro de Eventos e Convenções, em Brasília (DF). O evento, reunindo lideranças dos Sistemas Regionais do Sicoob e de suas singulares, do Centro Cooperativo Sicoob e de instituições parceiras, assim como autoridades e formadores de opinião do Brasil e do mundo, promoveu debates sobre assuntos relevantes para a consolidação estratégica do cooperativismo no cenário financeiro nacional, com o tema “Construindo juntos os próximos passos”.



- A cooperativa também foi um dos patrocinadores do Seminário Energy Day, realizado no dia cinco de outubro no Teatro do SESI em Campos dos Goytacazes. Foi uma iniciativa da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás Natural da Bacia de Campos (OMPETRO), em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, FIRJAN e o SEBRAE. A Gerente Jéssica Félix e o Gerente Regional Bruno Silva Braga participaram do Painel 5 da mesa de debates, com o tema “Energia Fotovoltaica: o potencial regional de geração”, oportunidade em que foram apresentados aos participantes produtos para o setor disponibilizados pelo Sicoob Fluminense.



- No dia nove de outubro uma equipe da Secretaria de Educação e Cultura do município de São Francisco de Itabapoana visitou o Sicoob Fluminense. O encontro fez parte do projeto “Café Cooperativo”. Os representantes do Executivo Municipal apresentaram um leque de projetos do campo sócio-cultural, com ênfase na efetivação do Cine Teatro José Renato Cunha. O objetivo foi o de dar início à discussão de possíveis parcerias entre a secretaria e o Sicoob Fluminense.



- Como forma de contribuir para o desenvolvimento regional, o Sicoob Fluminense foi uma das entidades patrocinadoras do Seminário Empretec da cidade de São Pedro da Aldeia, com foco na capacitação e no empreendedorismo e realizado de 16 a 21 de outubro. Esta foi a primeira turma do Seminário Empretec no município. Os objetivos do Empretec são estimular e desenvolver as características individuais do empreendedor, de forma a propiciar seu crescimento nos mais diversos níveis no mercado.



- O Sicoob Fluminense e o Sicoob Cecremef estiveram presentes no Encontro Fluminense da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação

- Integração do Turismo Regional / edição Nova Friburgo, realizada no dia 17 de outubro. O evento foi realizado no SESC, com a proposta de ampliar e estabelecer a conexão com os diferentes atores da indústria do Turismo, e tendo como objetivo fortalecer e gerar oportunidades, assim como divulgação e capacitação, contribuindo para a geração de emprego e renda para as diferentes regiões.



- O Sicoob Fluminense também apoiou, no 21 de outubro, o treinamento Jornada de Sucesso - Workshop realizado no Hotel Ramada em Campos dos Goytacazes. O evento, com público alvo diversificado, objetivou estimular o potencial dos participantes em diversas áreas do cotidiano, com base na Inteligência Emocional e a Educação Financeira. A Jornada de Sucesso foi conduzida por Sandro Keisel, especialista em Milhas Aéreas e Educação Financeira e pelo Dr. Ismael Lima, referência nacional em Treinamento e Coaching.



- O Sicoob Fluminense marcou presença no HR Summit 2023, em São Paulo, nos dias 25 e 26 de outubro. Shanya Barbosa, Gerente Administrativo/Financeiro, esteve entre os profissionais de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos de cooperativas fluminenses e do Sistema OCB/RJ que participaram do evento. Promovido desde 2008, o HR Summit discutiu no WTC SP tendências emergentes, estudos de casos, melhores práticas e desafios comuns.



- No dia 27 de outubro, o município de Itaperuna, no noroeste fluminense, foi palco da 3.ª edição do Sinergia 2023 – evento voltado especialmente para o empreendedorismo e capacitação, desenvolvido pelo Instituto Mulheres que Contam e com o apoio do Sicoob Fluminense. Com o tema “Seja protagonista de sua jornada”, o Sinergia foi realizado na OAB Itaperuna (Casa do Advogado) e sua programação incluiu palestras, relatos, painéis de conversas, networking e mentorias.

NOVEMBRO

- O Diretor-Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, representou a cooperativa por ocasião da posse da nova Reitora e do Vice-reitor da Universidade Estadual do Norte Fluminense, respectivamente Rosana Rodrigues e Fábio Lopes Olivares. A cerimônia de posse festiva ocorreu na sessão solene do Conselho Universitário, na tarde de terça-feira, 14 de novembro, no centro de convenções Oscar Niemeyer, no Campus da UENF em Campos dos Goytacazes.



- O Sicoob Fluminense esteve representado no dia 27 de novembro por ocasião da inauguração do posto da Unimed Campos no Porto do Açu, em São João da Barra. O Diretor-Presidente Neilton Ribeiro da Silva e a Supervisora de Relações Institucionais e Sociais, Maria Clara de Oliveira, acompanharam a solenidade que marcou a integração de mais uma empresa ao empreendimento na cidade do Norte Fluminense. A Unimed Campos é uma das mais antigas instituições parceiras/conveniadas do Sicoob Fluminense.



- O Diretor-Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, também representou a cooperativa de crédito em evento realizado no Senai, em Campos dos Goytacazes, no dia 23 de novembro. “Arena: diálogo de líderes” apresentou ao público as palestras de Jaqueline Weigel, futurista e especialista em estudos de futuros, e de Alexandre dos Reis, Diretor Executivo do Sesi/Senai-RJ. O Diretor-Presidente da cooperativa foi recebido pela Gerente Regional do

Sesi/Senai, Eliane Azevedo, e pelo Presidente da Regional da Firjan, Francisco Roberto Siqueira.



- Foi realizado no dia 25 de novembro, na pousada Delícia, na Tapera, em Campos dos Goytacazes, o “Repensando o Sicoob 2024” – evento motivacional que teve a primeira edição em 2017, e que visa a discussão e elaboração de uma metodologia especial a ser adotada para as metas da cooperativa para o ano seguinte. O tema foco definido para o “Repensando o Sicoob 2024” foi o “Cooperativismo com Protagonismo”. O projeto contou com Pacto Sistêmico, conduzido pelo Diretor-Presidente Neilton Ribeiro da Silva, painéis com diretores e gerentes regionais, oficinas e premiações, entre várias outras atividades.

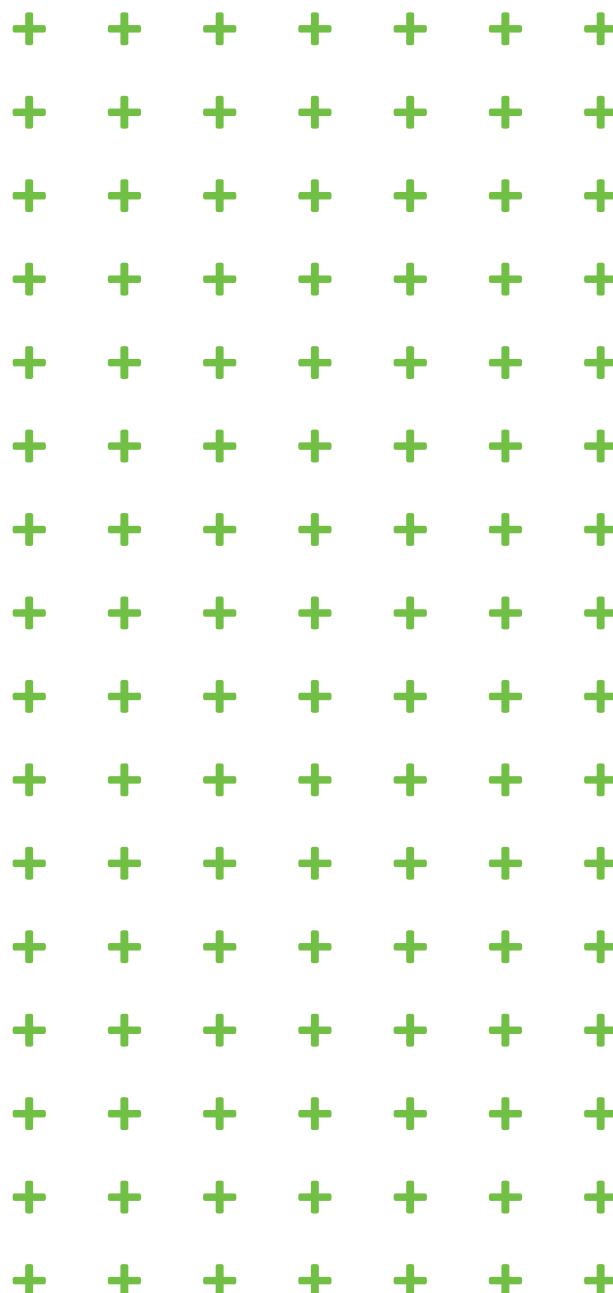


DEZEMBRO

- O Sicoob Fluminense recebeu duas premiações durante a 3.ª Conferência Rio+Coop de Empreendedorismo Cooperativo – a de melhor cooperativa em número de cooperados (1º lugar) e governança (3º lugar). O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, representou a instituição no evento da Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB/RJ, no dia primeiro de dezembro. A conferência englobou o tema “Cooperativismo. Prosperidade e inovação fazendo história”.



- O Diretor-Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, abriu o ciclo de palestras do 4.º Expo Meu Condomínio, realizado no dia dois de dezembro, no Ramada Hotel, em Campos dos Goytacazes. O tema central foi Conexão Sustentável, e o evento reuniu síndicos, administradores de condomínio, empresas ligadas ao setor e advogados, que debateram temas em destaque no mundo condominial. O encontro foi realizado pela “Meu Condomínio” – revista, Encontro Empresarial e 12ª Subseção da OAB/RJ. O Sicoob Fluminense apoiou o evento.





PATROCÍNIOS

VI Semana Acadêmica do Campus Cambuci	R\$ 1.000,00	Acadêmico
Mostra Pedagógica - Obra do Salvador	R\$ 2.500,00	Acadêmico
Palestra com Thiago Godoy - Elas Educação Financeira	R\$ 1.000,00	Acadêmico
Semana Nacional das Engenharias - Estácio de Sá	R\$ 1.400,00	Acadêmico
Olimpíadas Santa Clara - Mendes	R\$ 3.000,00	Acadêmico
Semana de Economia - UFF Campos	R\$ 3.525,00	Acadêmico
Saber - Fazer - Saber IFF Campos	R\$ 4.000,00	Acadêmico
Jornada do Sucesso	R\$ 1.500,00	Acadêmico
30 anos UENF	R\$ 35.000,00	Acadêmico
5º Edição Festa Elas Clube de Finanças	R\$ 300,00	Acadêmico
Total	R\$ 53.225,00	
Dia das Crianças - PAPO RETO	R\$ 2.500,00	Beneficiente
Total	R\$ 2.500,00	
Aniversário Grussai FM	R\$ 800,00	Cultural
Festival Gastronômico - São Fidélis	R\$ 1.000,00	Cultural
Festa Junina EIDUC - Bom Jardim	R\$ 600,00	Cultural
Arraiá do Pathernon	R\$ 800,00	Cultural
3º Arroyal - Condôminio Real Boulevard	R\$ 5.000,00	Cultural
Projeto a Festa é Sua	R\$ 1.000,00	Cultural
Dia das Crianças - Recanto das Palmeiras	R\$ 2.500,00	Cultural
Boa Noite Amor	R\$ 800,00	Cultural
Arraiá Condomínio Damma	R\$ 800,00	Cultural
Festival de Petiscos - Farol	R\$ 25.000,00	Cultural
Total	R\$ 38.300,00	

PATROCÍNIOS

2° Morro do Coco Trail Rum	R\$ 405,60	Esportivo
Kabrunko Volei Master de Praia	R\$ 600,00	Esportivo
Projeto Iguaba Basquete	R\$ 7.048,00	Esportivo
Torneio Beach Tennis Saldanha da Gama	R\$ 2.000,00	Esportivo
CÍRCUITO DE INTEGRAÇÃO DOS COOPERADOS UNIMED CAMPOS	R\$ 4.500,00	Esportivo
XXIX JIFETS – Etapa FUTSAL e VÔLEI DE AREIA versão 2023	R\$ 6.000,00	Esportivo
Desafio Real Solar	R\$ 30.000,00	Esportivo
1° Festival Esportivo da Paróquia São Gonçalo	R\$ 500,00	Esportivo
11° Passeio Ciclistico dos Pais e Família - Escola João XXIII	R\$ 125,00	Esportivo
Torneio Beach Tennis Ronaldo	R\$ 700,00	Esportivo
Jogos internos Servidores IFF	R\$ 599,00	Esportivo
Total	R\$ 52.477,60	



I Feira de Bovinos melhoradores e de alto padrão genético	R\$ 2.000,00	Rural
Empretec Rural	R\$ 18.000,00	Rural
38° EXPOAGRO São Francisco	R\$ 25.000,00	Rural
Empretec Rural Campos	R\$ 18.000,00	Rural
Empretec Rural Campos - Coffe Break	R\$ 4.800,00	Rural
Total	R\$ 67.800,00	
Entrega do Troféu - Folha Seca	R\$ 7.500,00	Negócios
Troféu e Publicidade Destaque 2023	R\$ 2.000,00	Negócios
Destaque Show 14 anos	R\$ 800,00	Negócios
SINERGIA 2023	R\$ 1.800,00	Negócios
OAB CAMPOS - Semana da Advocacia	R\$ 10.000,00	Negócios
Câmeras de Monitoramento	R\$ 9.618,00	Negócios
Conselho Regional Contabilidade	R\$800,00	Negócios
Total	R\$32.518,00	
FEVEST - Apoiador + Expositor	R\$ 16.000,00	Feira
Total	R\$ 16.000,00	

FUNDO ESPECIAL

Pelo segundo ano consecutivo, o Sicoob Fluminense recebeu propostas e elegeu projetos que melhor se enquadram nos critérios estabelecidos no Fundo Especial para Aplicação em Projetos Socioambientais da cooperativa, e que foram desenvolvidos ao longo do ano.

Trata-se de um fundo estatutário, aprovado pelo Conselho de Administração em agosto de 2021. Constituído em Assembleia Geral Ordinária, objetiva apoiar ações desenvolvidas por entidades com foco na educação, cultura, esporte, saúde e inovação, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades nas áreas de atuação da cooperativa.

Contemplados:

- **As Marias da Baixada**

(Título do projeto – Óleo em Movimento. Tem o objetivo de ampliar o trabalho já realizado, com o aumento dos pontos de coleta de óleo reutilizável, empregado na confecção de sabão artesanal, com renda revertida a famílias de extrema pobreza e mães de filhos portadores de deficiência intelectual);

- **Projeto Caneca Jiu Jitsu**

(Título do projeto – Seminário com Luan Carvalho. Visando ao aprimoramento técnico do esporte e aproximação dos jovens da comunidade São Silvestre com um nome internacional do esporte);

- **Elas Educação Financeira Ltda.**

(Título do projeto – Mini Bibliotecas de Educação Financeira para Mulheres. Tem o propósito de oferecer às instituições públicas mini bibliotecas de educação financeira, visando facilitar o acesso ao conhecimento e às ferramentas necessárias para a conquista da autonomia e independência financeira das mulheres);

- **Cooperativa de Trabalho de Catadores Solidários de Campos**

(Título do projeto – Do Lixo à Cidadania: a Dignidade no Local de Trabalho na Cooperativa. Visa promover condições dignas de trabalho aos cooperados, a partir de aquisição de material específico para que os mesmos não fiquem expostos a acidentes no local de trabalho);

- **Associação de Capoeira Artes e Culturas Brasileiras do Norte Fluminense**

(Título do projeto – Festival da Arte Capoeira. Objetiva garantir o acesso e ampliar as práticas culturais das comunidades através da capoeira, desenvolvendo atividades coletivas de ensino da arte, promovendo assim a inclusão social de jovens e adultos através da prática esportiva.

(*) A ser desenvolvido em 2024.



ORÇAMENTO 2024

CONTAS DE RESULTADO CREDORAS

115.742.824,11

RECEITAS OPERACIONAIS	115.742.824,11
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	61.377.880,12
RENDAS DE APLICAÇÕES INTERFINACEIRAS DE LIQUIDEZ	271.995,81
RENDAS COM TIT. E VAL. MOB. E INST. FINANC. DERIV.	64.508,54
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	25.611.479,51
RENDAS POR SERVIÇO DE PAGAMENTO	4.474.928,59
RENDAS DE COBRANÇA	2.016.941,04
RENDAS DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA	-
RENDAS DE PACOTES DE SERVIÇOS - PF	1.146.417,00
RENDAS DE SERVIÇOS PRIORITÁRIOS - PF	1.276.767,75
RENDAS DE SERVIÇOS DIFERENCIADOS - PF	-
RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS - PJ	4.470.216,22
RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS	12.226.208,91
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	28.416.960,13
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO	1.768.198,64
RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS	24.000,00
RENDAS DE CRÉDITOS POR AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	-
INGRESSOS DE DEPÓSITOS INTERCOOPERATIVOS	14.823.511,85
REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS	7.108.992,00
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	4.692.257,64

ORÇAMENTO 2024

(-) CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS 108.826.213,43

(-) DESPESAS OPERACIONAIS	108.826.213,43
(-) DESPESAS DE CAPTAÇÃO	25.333.958,52
(-) DESP. DE CONTRIB. FDO. GARANT.	597.167,67
(-) DESPESAS DE EMPRÉST NO PAIS - OUTRAS INSTIT (central)	313.478,16
(-) DESPESAS DE REPASSE - INTERFINANCIEROS	2.715.614,04
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	45.811.479,74
(-) DESPESAS DE ÁGUA, ENERGIA E GÁS	406.380,19
(-) DESPESAS DE ALUGUÉIS	1.667.716,24
(-) DESPESAS DE COMUNICAÇÕES	327.037,31
(-) DESPESAS DE HONORÁRIOS/DIREX/CONSELHO ADM/CF	3.116.281,96
(-) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	407.660,59
(-) CONSELHO FISCAL	-
(-) DESPESAS DE GOVERNANÇA	1.698.847,33
(-) ENCARGOS/DEMAIS DESPESAS GOVERNANÇA	1.009.774,05
(-) DESPESAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS	643.247,06
(-) DESPESAS DE MATERIAL	180.000,00
(-) DESPESAS DE PESSOAL -PROVENTOS/BENEFÍCIOS/ENCARGOS SOCIAIS	21.032.797,67
(-) DESPESAS DE REMUNERAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	393.949,99
(-) DESPESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	4.292.137,95
(-) DESPESAS DE PROMOCOES E RELACOES PUBLICAS	580.000,00
(-) DESPESAS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE	340.000,00
(-) DESPESAS DE PUBLICAÇÕES	
(-) DESPESAS DE SEGUROS	237.600,00
(-) DESPESAS DE SERVICOS DO SISTEMA FINANCEIRO	2.581.654,57
(-) DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.069.019,21
(-) DESPESAS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	2.253.292,02



(-) DESPESAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS	1.232.516,27
(-) DESPESAS DE TRANSPORTE	738.337,96
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	285.020,39
(-) DESPESAS DE VIAGEM AO EXTERIOR	-
(-) DESPESAS DE VIAGEM NO PAÍS	295.211,36
(-) DESPESAS DE MULTAS APLICADAS P/BANCO CENTRAL	-
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.139.279,59
(-) APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	24.831.823,54
(-) DESP. DE AMORTIZAÇÃO	19.800,00
(-) DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO	1.102.154,37
(-) DESPESAS DE PROVISÕES OPERACIONAIS	22.723.228,31
(-) DESPESAS DE PROVISÕES PASSIVAS	986.640,86
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	7.785.240,81
(-) DESPESAS COM SERVIÇO ASSOCIADOS A TRANSAÇÕES DE	3.653.340,13
(-) DESP. IMPOSTO S/SERVIÇOS QUALQUER NATUREZA-ISS	294.471,84
(-) DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO AO COFINS	301.673,74
(-) DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO AO PIS/PASEP	152.773,25
DESP. DESCONTOS CONCEDIDOS EM RENEGOCIAÇÕES	
(-) DESPESAS DE JUROS SOBRE O CAPITAL SOCIAL	1.085.144,59
(-) DISPÊNDIOS DE DEPÓSITOS INTERCOOPERATIVOS	-
(-) DESP. ATUALIZAÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	-
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2.297.837,27
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	
(-) APURAÇÃO DE RESULTADO	1.437.450,94
(-) IMPOSTO DE RENDA	889.063,35
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	548.387,59
RESULTADO FINAL	6.916.610,69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB FLUMINENSE é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 88,25% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.



A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL RIO e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2023, o SICOOB CREDICARPA registrou o total de 6 (seis) manifestações. Das reclamações, 1 (uma) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	-279,94%	4.436.066,16	(1.584.635,50)

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	9,34%	25.049	22.910

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Rural	50,66%	33.280.160,48	22.089.867,16
Carteira Comercial	16,51%	258.859.971,65	222.185.243,91
Total	19,59%	292.140.132,13	244.275.111,07

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de R\$ 21,82% da carteira, no montante de R\$ 64.504.991,58.

Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	41,20%	99.288.741,90	70.316.885,93
Depósitos sob aviso	10,79%	598.587,40	540.279,38
Depósitos a prazo	24,19%	189.049.012,31	152.231.480,49

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de R\$ 20,41% da captação, no montante de R\$ 67.150.309,47.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	15,19%	57.834.255,59	50.207.360,47

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação. Conselho de Administração e Diretoria.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL Em Reais

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
DISPONIBILIDADES	4	4.716.338,28	5.236.554,08
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		446.513.977,96	342.458.583,27
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.828.882,99	4.808.029,70
Títulos e Valores Mobiliários	6	7.505.024,30	5.758.069,41
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários		(315.833,08)	(285.531,14)
Relações Interfinanceiras		139.475.330,99	84.950.445,09
Centralização Financeira		139.475.330,99	84.950.445,09
Operações de Crédito	7	292.140.132,13	244.275.111,07
Outros Ativos Financeiros	8	4.880.440,63	2.952.459,14
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(19.813.060,99)	(14.960.639,46)
(-) Operações de Crédito	7.b	(17.533.292,00)	(13.424.866,86)
(-) Outras	8.1	(2.279.768,99)	(1.535.772,60)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	593.323,11	546.085,40
OUTROS ATIVOS	10	1.914.832,58	1.882.356,36
IMOBILIZADO DE USO	11	12.980.584,40	12.497.742,63
INTANGÍVEL	12	288.727,13	238.091,50
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(5.823.331,50)	(4.994.502,59)
TOTAL DO ATIVO		441.371.390,97	342.904.271,19
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		441.371.390,97	342.904.271,19
DEPÓSITOS	13	288.936.341,61	223.088.645,80
Depósitos à Vista		99.288.741,90	70.316.885,93
Depósitos Sob Aviso		598.587,40	540.279,38
Depósitos a Prazo		189.049.012,31	152.231.480,49
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		79.127.851,72	56.698.842,46
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	42.563.989,76	21.909.579,66
Relações Interfinanceiras		32.091.237,24	20.309.165,56
Repasses Interfinanceiros	15.a	32.091.237,24	20.309.165,56
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.b	4.373.615,89	13.894.198,10
Outros Passivos Financeiros	16	99.008,83	585.899,14
PROVISÕES	17	721.735,97	725.511,47
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	1.932.128,98	1.343.681,60
OUTROS PASSIVOS	19	9.382.599,75	7.847.565,54
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	61.270.732,94	53.200.024,32
CAPITAL SOCIAL		51.324.809,49	47.271.220,06
RESERVAS DE SOBRAS		8.310.997,22	7.181.398,86
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	104,19

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.809.679,05	5.438.035,12	(1.121.471,54)
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		(447.184,15)	(447.184,15)	(260.033,26)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		-	(42.088,06)	(79.353,45)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	8.425.048,48	15.393.712,14	10.260.279,97
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	(143.246,22)	54.667,04	211.910,08
Provisões/Reversões para Contingências	31	(58.443,36)	(58.443,36)	58.443,36
Depreciações e Amortizações	27	445.413,40	885.402,32	902.110,26
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		11.031.267,20	21.224.101,05	9.971.885,42
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Líquidez		273.641,63	1.979.146,71	844.410,52
Títulos e Valores Mobiliários		(346.949,32)	(461.743,48)	289.890,87
Operações de Crédito		(24.399.399,24)	(56.094.986,93)	(42.947.366,93)
Outros Ativos Financeiros		(2.178.752,33)	(4.239.306,23)	(2.597.394,55)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(190.034,14)	(47.237,71)	(158.750,68)
Outros Ativos		303.874,58	(32.476,22)	(680.084,22)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		10.263.870,23	28.971.855,97	11.312.143,76
Depósitos sob Aviso		30.986,10	58.308,02	45.761,98
Depósitos a Prazo		29.210.093,83	36.817.531,82	41.413.375,04
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		12.368.462,01	20.654.410,10	11.659.017,73
Relações Interfinanceiras		7.131.225,34	11.782.071,68	2.145.351,67
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(3.693.568,43)	(9.520.582,21)	(11.636.177,01)
Outros Passivos Financeiros		(136.491,05)	(486.890,31)	(38.742,20)
Provisões		-	0,82	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		51.179,69	49.642,38	257.688,40
Outros Passivos		(641.283,43)	1.535.034,21	928.470,43
FATES - Atos Cooperativos		(446.095,28)	(446.095,28)	-
Outras Destinações		-	-	(20.901,64)
Reversão/Realização de Fundos		24.886,67	24.886,67	482.507,40
Imposto de Renda Pago		-	(276.692,32)	-
Contribuição Social Pago		-	(186.471,64)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		38.656.914,06	51.304.507,10	21.271.085,99
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	42.088,06	79.353,45
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		447.184,15	447.184,15	260.033,26
Aquisição de Intangível		(50.635,63)	(50.635,63)	(16.680,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(334.130,53)	(539.415,18)	(1.421.852,26)
Aquisição de Investimentos		(1.035.105,67)	(1.254.909,47)	(1.026.295,00)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(972.687,68)	(1.355.688,07)	(2.125.440,55)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		4.110.880,98	8.231.755,84	8.325.474,87
Devolução de Capital aos Cooperados		(1.635.900,07)	(3.555.608,34)	(4.068.148,51)
Estorno de Capital		(294.086,85)	(622.558,07)	(778.156,59)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	-	(1.019.223,61)
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		1.406,42	2.261,64	2.171,11
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		2.182.300,48	4.055.851,07	2.462.117,27
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		39.866.526,86	54.004.670,10	21.607.762,71
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período	4	104.325.142,41	90.186.999,17	68.579.236,46
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	144.191.669,27	144.191.669,27	90.186.999,17
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		39.866.526,86	54.004.670,10	21.607.762,71

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021		44.353.666,15	(567.822,56)	1.354,23	7.181.398,86	892.340,11	51.860.936,79
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	2.171,11	2.171,11
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	(20.901,64)	(20.901,64)
Distribuição de sobras para associados		6.206,70	0,00	0,00	0,00	(1.025.430,31)	(1.019.223,61)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		9.228.092,97	(902.618,10)	0,00	0,00	0,00	8.325.474,87
Por Devolução (-)		(4.068.148,51)	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.068.148,51)
Estorno de Capital		(778.156,59)	0,00	0,00	0,00	0,00	(778.156,59)
Reversão/Realização de Reservas		0,00	0,00	(1.250,04)	0,00	1.250,04	0,00
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	482.507,40	482.507,40
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	(1.584.635,50)	(1.584.635,50)
Saldos em 31/12/2022		48.741.660,72	(1.470.440,66)	104,19	7.181.398,86	(1.252.698,79)	53.200.024,32
Saldos em 31/12/2022		48.741.660,72	(1.470.440,66)	104,19	7.181.398,86	(1.252.698,79)	53.200.024,32
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	2.261,64	2.261,64
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		8.915.122,53	(683.366,69)	0,00	0,00	0,00	8.231.755,84
Por Devolução (-)		(3.555.608,34)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.555.608,34)
Estorno de Capital		(622.558,07)	0,00	0,00	0,00	0,00	(622.558,07)
Reversão/Realização de Reservas		0,00	0,00	(104,19)	(1.100.878,06)	1.100.982,25	0,00
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	24.886,67	24.886,67
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	4.436.066,16	4.436.066,16
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	0,00	2.230.476,42	(2.230.476,42)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(446.095,28)	(446.095,28)
Saldos em 31/12/2023		53.478.616,84	(2.153.807,35)	0,00	8.310.997,22	1.634.926,23	61.270.732,94
Saldos em 30/06/2023		51.014.315,13	(1.870.399,70)	0,00	6.080.520,80	1.937.823,32	57.162.259,55
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	1.406,42	1.406,42
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		4.394.286,63	(283.407,65)	0,00	0,00	0,00	4.110.880,98
Por Devolução (-)		(1.635.900,07)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.635.900,07)
Estorno de Capital		(294.086,85)	0,00	0,00	0,00	0,00	(294.086,85)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	24.886,67	24.886,67
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	2.347.381,52	2.347.381,52
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	0,00	2.230.476,42	(2.230.476,42)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(446.095,28)	(446.095,28)
Saldos em 31/12/2023		53.478.616,84	(2.153.807,35)	0,00	8.310.997,22	1.634.926,23	61.270.732,94

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Em Reais

	Notas2	3 Sem. 20233	1/12/20233	1/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		2.347.381,524	.436.066,16(1.584.635,50)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		--	--	--
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		2.347.381,524	.436.066,16(1.584.635,50)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		34.632.329,17	67.006.513,85	48.812.025,34
Operações de Crédito	22	27.012.733,73	52.342.544,27	38.599.974,94
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		7.442.730,14	14.213.027,71	9.639.888,96
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		177.674,99	451.972,15	569.990,81
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		(809,69)	(1.030,28)	2.170,63
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(23.142.709,89)	(44.170.254,09)	(31.050.483,59)
Operações de Captação no Mercado	13.d	(13.242.508,51)	(25.764.418,99)	(17.177.685,17)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.c	(1.475.152,90)	(3.012.122,96)	(3.612.518,45)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(8.425.048,48)	(15.393.712,14)	(10.260.279,97)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		11.489.619,28	22.836.259,76	17.761.541,75
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais		(8.893.994,39)	(17.417.638,45)	(18.667.129,08)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	8.850.566,27	16.024.159,90	11.239.614,55
Rendas de Tarifas	25	3.291.564,81	6.209.919,75	5.204.705,71
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(10.889.891,29)	(20.665.409,05)	(18.133.846,50)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(9.422.446,44)	(18.349.187,08)	(17.747.048,04)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(433.703,45)	(887.525,37)	(651.729,64)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	2.471.275,46	4.739.393,81	3.628.619,88
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(2.761.359,75)	(4.488.990,41)	(2.207.445,04)
PROVISÕES	31	201.689,58	3.776,32	(270.353,44)
Provisões/Reversões para Contingências		58.443,36	58.443,36	(58.443,36)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		143.246,22	(54.667,04)	(211.910,08)
RESULTADO OPERACIONAL		2.797.314,47	5.422.397,63	(1.175.940,77)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	12.364,58	15.637,49	54.469,23
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.809.679,05	5.438.035,12	(1.121.471,54)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(462.297,53)	(1.001.968,96)	(463.163,96)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(285.129,42)	(617.698,89)	(276.692,32)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(177.168,11)	(384.270,07)	(186.471,64)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.347.381,52	4.436.066,16	(1.584.635,50)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro - Sicoob Fluminense, CNPJ: 02931668
Campos dos Goytacazes – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro - Sicoob Fluminense, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Fluminense em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.



Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 9 de fevereiro de 2024.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE, doravante denominado SICOOB FLUMINENSE, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 06/01/1999, filiada à CCE E CRÉDITO SICOOB UNIMAIS RIO LTDA – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB FLUMINENSE, sediado à RUA DOUTOR SIQUEIRA , N° 278, PARQUE DOM BOSCO, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, possui: 18 Postos de Atendimento (PAs), 45 Postos de Atendimentos Eletrônicos nas seguintes localidades: SÃO JOÃO DA BARRA - RJ, ITAPERUNA - RJ, BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, BOM JARDIM - RJ, SÃO FIDÉLIS - RJ, NOVA FRIBURGO - RJ, ITALVA - RJ, MENDES - RJ, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ, CABO FRIO - RJ, IGUABA GRANDE - RJ, MACAÉ - RJ, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB FLUMINENSE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades: (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados; (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23,



24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 05/02/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos men-

cionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif;
- iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

- Fase 1 - Avaliação (2022): Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.
- Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- Fase 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021. Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:



- Requerimentos de classificação: determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).
- Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais: reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.
- Mensuração subsequente: novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- Reconhecimento e mensuração do produto câmbio: deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- Perdas esperadas: a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos relatórios regulatórios.
- Disposições transitórias: serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos. Em complemento, a Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas (se aplicável)

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o perí-

odo anterior, conforme a aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de junho de 2021), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2022 são reapresentadas abaixo:

O saldo constante na linha de “Reversão/Realização de Fundo” foi reclassificado na Demonstração do Fluxos de Caixa - DFC, em 2022, do grupo de “atividades de financiamentos” para “aumento/redução em passivos operacionais”. O montante envolvido foi de R\$ 482.507,40.

A reapresentação descrita não resultou na modificação do saldo da Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC apurada no exercício findo em 2022.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

São representados pelas as Participações de Cooperativas registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos



respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação



das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB FLUMINENSE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	4.716.338,28	5.236.554,08
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	139.475.330,99	84.950.445,09
TOTAL	144.191.669,27	90.186.999,17

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos da Centralização Financeira	7.442.730,14	14.213.027,71	9.639.888,96

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ligadas (a)	726.806,43	2.102.076,56	2.828.882,99	4.808.029,70	-	4.808.029,70
TOTAL	726.806,43	2.102.076,56	2.828.882,99	4.808.029,70	-	4.808.029,70



(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	177.674,99	451.972,15	569.990,81

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	6.727.424,80	6.727.424,80	5.472.515,33	-	5.472.515,33
Outras Participações	285.531,14	-	285.531,14	285.531,14	-	285.531,14
CPR-F (b)	311.712,37	180.331,03	492.043,40	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento	24,96	-	24,96	22,94	-	22,94
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	597.268,47	6.907.755,83	7.505.024,30	5.758.069,41	-	5.758.069,41
(-) Outros No País (c)	(27.495,23)	(2.806,71)	(30.301,94)	-	-	-
(-) Cotas Da Central	(313.026,37)	-	(285.531,14)	(285.531,14)	-	(285.531,14)
(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(315.833,08)	(2.806,71)	(315.833,08)	(285.531,14)	-	(285.531,14)
TOTAL	281.242,10	6.904.949,12	7.189.191,22	5.472.538,27	-	5.472.538,27

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme previsto pela Lei nº 8.929/1994.

(c) Referem-se aos valores destinados à formação de provisão referente a desvalorizações de títulos e valores mobiliários das CPRs.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	28.535,61	29.271,66	2.170,63
Reversão da Provisão para Desvalorização de Títulos Livres	376,84	376,84	-
(-) provisão para Desvalorização de Títulos Livres	(29.722,14)	(30.678,78)	-
TOTAL	(809,69)	(1.030,28)	2.170,63

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	100.373.620,45	145.256.931,30	245.630.551,75	97.175.196,72	113.998.407,02	211.173.603,74
Financiamentos	6.039.869,34	7.189.550,56	13.229.419,90	4.259.108,55	6.752.531,62	11.011.640,17
Financiamentos Rurais	10.210.516,16	23.069.644,32	33.280.160,48	9.341.954,36	12.747.912,80	22.089.867,16
Total de Operações de Crédito	116.624.005,95	175.516.126,18	292.140.132,13	110.776.259,63	133.498.851,44	244.275.111,07
(-) Provisões para Operações de Crédito	(8.864.322,68)	(8.668.969,32)	(17.533.292,00)	(7.129.969,84)	(6.294.897,02)	(13.424.866,86)
TOTAL	107.759.683,27	166.847.156,86	274.606.840,13	103.646.289,79	127.203.954,42	230.850.244,21



b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			31/12/2023			31/12/202		
			Empréstimo / TD	Financiamen- tos	Financiamen- tos Rurais	Circulante	Não Circulante	Total em 31/12/2022
AA	-	Normal	23.945.278,60	455.365,94	2.803.943,96	27.204.588,50		26.180.807,62
A	0,5%	Normal	73.838.884,51	3.834.010,42	16.274.739,91	93.947.634,84	(469.738,67)	60.870.095,23
B	1%	Normal	70.971.616,52	5.000.882,33	9.606.537,30	85.579.036,15	(855.790,86)	75.492.237,69
B	1%	Vencidas	202.246,10	-	-	202.246,10	(2.022,57)	353.648,06
C	3%	Normal	45.930.263,91	3.186.417,24	2.998.687,34	52.115.368,49	(1.563.461,05)	54.185.352,11
C	3%	Vencidas	1.512.587,59	28.506,56	-	1.541.094,15	(46.232,82)	1.212.942,52
D	10%	Normal	8.202.219,47	409.778,15	425.531,00	9.037.528,62	(903.752,86)	9.097.019,15
D	10%	Vencidas	1.018.545,13	6.503,54	76.342,95	1.101.391,62	(110.139,16)	1.761.676,43
E	30%	Normal	1.498.294,82	52.390,49	1.031.740,10	2.582.425,41	(774.727,62)	1.690.990,19
E	30%	Vencidas	4.126.313,54	202.822,01	-	4.329.135,55	(1.298.740,67)	2.031.655,24
F	50%	Normal	2.955.894,10	-	-	2.955.894,10	(1.477.947,05)	3.835.320,47
F	50%	Vencidas	1.618.796,52	-	-	1.618.796,52	(809.398,26)	1.047.170,85
G	70%	Normal	905.100,10	-	-	905.100,10	(633.570,07)	485.970,23
G	70%	Vencidas	1.440.405,47	-	-	1.440.405,47	(1.008.283,83)	1.047.354,32
H	100%	Normal	679.191,09	-	62.637,92	741.829,01	(741.829,01)	1.172.236,36
H	100%	Vencidas	6.784.914,28	52.743,22	-	6.837.657,50	(6.837.657,50)	3.810.634,60
Total Normal			228.926.743,12	12.938.844,57	33.203.817,53	275.069.405,22	(7.420.817,19)	233.010.029,05
Total Vencidos			16.703.808,63	290.575,33	76.342,95	17.070.726,91	(10.112.474,81)	11.265.082,02
Total Geral			245.630.551,75	13.229.419,90	33.280.160,48	292.140.132,13	(17.533.292,00)	244.275.111,07
Provisões			(16.506.983,16)	(336.561,70)	(689.747,14)	(17.533.292,00)		(13.424.866,86)
Total Líquido			229.123.568,59	12.892.858,20	32.590.413,34	274.606.840,13		230.850.244,21

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	44.628.572,50	55.745.047,95	145.256.931,30	245.630.551,75	211.173.603,74
Financiamentos	1.698.424,95	4.341.444,39	7.189.550,56	13.229.419,90	11.011.640,17
Financiamentos Rurais	2.612.976,34	7.597.539,82	23.069.644,32	33.280.160,48	22.089.867,16
TOTAL	48.939.973,79	67.684.032,16	175.516.126,18	292.140.132,13	244.275.111,07

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Emprésti- mos/TD	Financia- mento	Financia- mento Rurais	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado - Comércio	47.794.653,03	110.529,32	-	16,40%	47.905.182,35	39.101.189,32
Setor Privado - Indústria	2.651.374,96	376.893,34	-	1,04%	3.028.268,30	2.160.075,36
Setor Privado - Serviços	140.027.115,82	6.200.825,81	876.331,84	50,35%	147.104.273,47	120.532.943,42
Pessoa Física	53.483.354,38	6.541.171,43	32.341.336,02	31,62%	92.365.861,83	80.755.167,14
Outros	1.674.053,56	-	62.492,62	0,59%	1.736.546,18	1.725.735,83
TOTAL	245.630.551,75	13.229.419,90	33.280.160,48	100,00%	292.140.132,13	244.275.111,07

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(13 424 866,86)	(9 620 885,61)
Constituições/ Reversões no período	(12 338 846,81)	(8 292 414,46)
Transferência para prejuízo no período	8 230 421,67	4 488 433,21
Saldo Final	(17.533.292,00)	(13.424.866,86)

f) Concentração dos principais devedores:



Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	9.824.499,18	3,32%	10.496.814,77	4,27%
10 Maiores Devedores	44.740.263,77	15,13%	36.188.357,10	14,71%
50 Maiores Devedores	97.096.096,14	32,84%	72.961.612,72	29,66%

,0 Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	21 599 430,30	17 868 531,51
Valor das operações recuperadas no período	10 572 261,14	5 442 551,95
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1 904 323,30)	(1 322 764,47)
Valor das operações renegociadas no período	(12 537,94)	(230 978,13)
Valor das operações transferidas no período	(578 700,56)	(157 910,56)
Saldo Final	29 676 129,64	21 599 430,30

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas no exercício de 2023 totalizaram R\$ 28.182.449,41 são decorrentes de operações de crédito consignado, crédito rural e empréstimos.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	3.157.392,77	-	3.157.392,77	1.837.543,39	-	1.837.543,39
Rendas a Receber (b)	921.410,69	-	921.410,69	497.169,60	-	497.169,60
Títulos e Créditos a Receber (c)	801.037,17	-	801.037,17	617.746,15	-	617.746,15
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	600,00	600,00	-	-	-
TOTAL	4.879.840,63	600,00	4.880.440,63	2.952.459,14	-	2.952.459,14

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	37.458,83	-	37.458,83	29.252,53	-	29.252,53
Rendas de Cartões	578.655,87	-	578.655,87	402.448,07	-	402.448,07
Rendas de Domicílio Bancário	210.694,12	-	210.694,12	-	-	-
Rendas de Poupança	27.274,40	-	27.274,40	28.568,49	-	28.568,49
Rendas de Transações Interfinanceiras	27.713,94	-	27.713,94	36.900,51	-	36.900,51
Outras Rendas a Receber	39.613,53	-	39.613,53	-	-	-
TOTAL	921.410,69	-	921.410,69	497.169,60	-	497.169,60



(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 756.528,95); e outros (R\$ 44.508,22);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2023			31/12/202		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	-	600,00	600,00	-	-	-
TOTAL	-	600,00	600,00	-	-	-

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/202		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(2.279.768,99)	-	(2.279.768,99)	(1.535.772,60)	-	(1.535.772,60)
TOTAL	(2.279.768,99)	-	(2.279.768,99)	(1.535.772,60)	-	(1.535.772,60)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação de Risco		Avali e Fianças Honrados	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
E	30%	Normal	163.481,54	163.481,54	(49.044,72)	-
E	30%	Vencidas	822.231,10	822.231,10	(246.669,33)	219.996,58
F	50%	Vencidas	255.305,13	255.305,13	(127.652,57)	172.197,13
G	70%	Vencidas	199.908,78	199.908,78	(139.936,15)	205.582,63
H	100%	Normal	930,53	930,53	(930,53)	-
H	100%	Vencidas	1.715.535,69	1.715.535,69	(1.715.535,69)	1.239.767,05
Total Normal		164.412,07	164.412,07	(49.975,25)	-	-
Total Vencidos		2.992.980,70	2.992.980,70	(2.229.793,74)	1.837.543,39	(1.535.772,60)
Total Geral		3.157.392,77	3.157.392,77	(2.279.768,99)	1.837.543,39	(1.535.772,60)
Provisões		(2.279.768,72)	(2.279.768,99)		(1.535.772,60)	
Total Líquido		877.624,05	877.623,78		301.770,79	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	593.323,11	-	593.323,11	546.085,40	-	546.085,40
TOTAL	593.323,11	-	593.323,11	546.085,40	-	546.085,40

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: Saldo Negativo de IRPJ - Exercícios Anteriores (R\$ 128.311,24); Saldo Negativo de CSLL - Exercícios Anteriores (R\$ 51.020,50) e Outros Impostos e Contribuições a Compensar (R\$ 413.991,37)



10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	105.668,26	-	105.668,26	80.444,87	-	80.444,87
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	25.201,23	-	25.201,23	28.505,38	-	28.505,38
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	211.594,11	-	211.594,11	189.797,79	-	189.797,79
Pagamentos a Ressarcir	723,89	-	723,89	1.328,43	-	1.328,43
Devedores Diversos – País (a)	914.875,33	-	914.875,33	826.956,77	-	826.956,77
Material em Estoque	7.084,00	-	7.084,00	6.706,00	-	6.706,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	377.636,41	377.636,41	-	377.636,41	377.636,41
Despesas Antecipadas (c)	344.420,42	-	344.420,42	423.540,03	-	423.540,03
Sem Característica de Concessão de Crédito	(72.371,07)	-	(72.371,07)	(52.559,32)	-	(52.559,32)
TOTAL	1.537.196,17	377.636,41	1.914.832,58	1.504.719,95	377.636,41	1.882.356,36

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	130.167,30	-	130.167,30	13.950,94	-	13.950,94
Plano de Saúde a Receber	577.050,84	-	577.050,84	591.639,04	-	591.639,04
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	46.121,19	-	46.121,19	-	-	-
Diferença de Caixa	7.929,91	-	7.929,91	700,00	-	700,00
Estoque de Pontos	10.470,86	-	10.470,86	-	-	-
Descontos em Folha	28.562,74	-	28.562,74	1.436,28	-	1.436,28
Pendências Avais	4.753,73	-	4.753,73	61.107,96	-	61.107,96
Outros Devedores Diversos	109.818,76	-	109.818,76	158.122,55	-	158.122,55
TOTAL	914.875,33	-	914.875,33	826.956,77	-	826.956,77

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso (a)		302.390,95	22.802,14
Terrenos		1.326.095,50	1.326.095,50
Edificações	4%	2.674.459,73	2.674.459,73
Instalações	10%	851.620,18	840.298,73
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.200.592,67	2.911.463,40
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.066.718,55	2.027.129,56
Sistema de Segurança	10%	583.413,58	543.618,15
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.975.293,24	2.151.875,42
Total de Imobilizado de Uso		12.980.584,40	12.497.742,63
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(921.492,65)	(814.514,21)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(380.392,64)	(296.937,91)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.487.443,44)	(2.940.865,01)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(811.896,74)	(734.353,88)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(5.601.225,47)	(4.786.671,01)
TOTAL		7.379.358,93	7.711.071,62



(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	20%	175.673,06	125.037,43
Licenças E Direitos Autorais E De Uso		113.054,07	113.054,07
Intangível		288.727,13	238.091,50
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(222.106,03)	(207.831,58)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(222.106,03)	(207.831,58)
TOTAL		66.621,10	30.259,92

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	99.288.741,90	-	99.288.741,90	70.316.885,93	-	70.316.885,93
Depósito Sob Aviso	598.587,40	-	598.587,40	540.279,38	-	540.279,38
Depósito a Prazo (b)	189.049.012,31	-	189.049.012,31	152.119.876,28	111.604,21	152.231.480,49
TOTAL	288.936.341,61	-	288.936.341,61	222.977.041,59	111.604,21	223.088.645,80

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	17.392.896,14	5,29%	12.782.982,43	5,26%
10 Maiores Depositantes	50.877.806,40	15,46%	36.156.936,61	14,89%
50 Maiores Depositantes	94.119.367,12	28,61%	73.206.078,91	30,15%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(30.986,10)	(60.345,07)	(55.402,87)
Despesas de Depósitos a Prazo	(10.802.033,60)	(21.478.804,52)	(14.904.604,52)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(990.408,57)	(1.948.023,79)	(1.017.606,50)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(1.191.790,93)	(1.849.920,12)	(895.656,55)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(227.289,31)	(427.325,49)	(304.414,73)
TOTAL	(13.242.508,51)	(25.764.418,99)	(17.177.685,17)



14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	24.408.852,40	-	24.408.852,40	9.321.189,00	-	9.321.189,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	6.954.825,23	11.200.312,13	18.155.137,36	3.667.956,60	8.920.434,06	12.588.390,66
TOTAL	31.363.677,63	11.200.312,13	42.563.989,76	12.989.145,60	8.920.434,06	21.909.579,66

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d) - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	9.491.764,08	22.599.473,16	32.091.237,24	8.232.182,75	12.076.982,81	20.309.165,56
TOTAL	9.491.764,08	22.599.473,16	32.091.237,24	8.232.182,75	12.076.982,81	20.309.165,56

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7 % ao ano, com vencimento até 24/03/2032.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Central	357.582,54	4.016.033,35	4.373.615,89	13.781.647,59	-	13.781.647,59
Banco Sicoob	-	-	-	112.550,51	-	112.550,51
TOTAL	357.582,54	4.016.033,35	4.373.615,89	13.894.198,10	-	13.894.198,10

As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 103% CDI, com vencimento até 05/06/2030.

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(1.105.035,77)	(1.902.563,93)	(1.216.493,12)
Cooperativa Central	(370.117,13)	(1.109.559,03)	(2.396.025,33)
TOTAL	(1.475.152,90)	(3.012.122,96)	(3.612.518,45)

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	2.323,85	-	2.323,85	400.182,88	-	400.182,88
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	13.218,20	-	13.218,20	130.204,29	-	130.204,29
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	83.466,78	-	83.466,78	55.511,97	-	55.511,97
TOTAL	99.008,83	-	99.008,83	585.899,14	-	585.899,14



(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ordens de Pagamento	-	-	-	400.000,00	-	400.000,00
Cobrança de Terceiros em Trânsito	2.223,85	-	2.223,85	-	-	-
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	100,00	-	-	182,88	-	182,88
TOTAL	2.323,85	-	2.323,85	400.182,88	-	400.182,88

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	51.017,53	-	51.017,53	40.758,46	-	40.758,46
Municipais	31.233,74	-	31.233,74	7.417,88	-	7.417,88
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.215,51	-	1.215,51	7.335,63	-	7.335,63
TOTAL	83.466,78	-	83.466,78	55.511,97	-	55.511,97

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	616.500,31	105.235,66	721.735,97	654.398,95	12.669,16	667.068,11
Provisão Para Contingências (b)	-	-	-	-	58.443,36	58.443,36
TOTAL	616.500,31	105.235,66	721.735,97	654.398,95	71.112,52	725.511,47

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	30.872.889,36	25.949.665,15	(1.216.493,12)
TOTAL	30.872.889,36	25.949.665,15	(2.396.025,33)

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Não Circulante	Total
Cíveis	-	600,00	58.443,36	-	-	400.000,00
TOTAL	-	600,00	58.443,36	-	-	-



b.1) Movimentação das Provisões para Contingências:

Descrição	Cível	Total
Saldo em 01 janeiro de 2022	-	-
Constituição da provisão	58.443,36	58.443,36
Saldo em 31 de dezembro de 2022	58.443,36	58.443,36
Saldo em 01 janeiro de 2023	58.443,36	58.443,36
Reversão da provisão	(58.443,36)	(58.443,36)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB FLUMINENSE, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 837.638,44 (em 2022 totalizando R\$ 1.240.235,80). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	1.001.968,96	-	1.001.968,96	463.163,96	-	463.163,96
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	167.121,00	-	167.121,00	169.954,11	-	169.954,11
Impostos e Contribuições sobre Salários	654.123,73	-	654.123,73	567.992,90	-	567.992,90
Outros (a)	108.915,29	-	108.915,29	142.570,63	-	142.570,63

a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	56.172,43	-	56.172,43	85.969,17	-	85.969,17
ISSQN a recolher	32.209,64	-	32.209,64	32.490,35	-	32.490,35
PIS faturamento a recolher	2.833,25	-	2.833,25	3.349,15	-	3.349,15
COFINS a recolher	17.699,97	-	17.699,97	20.761,96	-	20.761,96
TOTAL	108.915,29	-	108.915,29	142.570,63	-	142.570,63

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	4.551.701,42	-	4.551.701,42	3.352.703,21	-	3.352.703,21
Cheques Administrativos	-	-	-	147.261,20	-	147.261,20
Obrigações de Pagamento	1.500.940,75	-	1.500.940,75	1.246.163,75	-	1.246.163,75
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	2.953.959,51	-	2.953.959,51	2.724.593,48	-	2.724.593,48
Credores Diversos – País (d)	375.998,07	-	375.998,07	358.843,90	-	358.843,90
TOTAL	9.382.599,75	-	9.382.599,75	7.829.565,54	-	7.829.565,54

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:



Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	4.101.481,73	-	4.101.481,73	3.341.692,13	-	3.341.692,13
Fundos Voluntários	4.124,41	-	4.124,41	3.748,31	-	3.748,31
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	446.095,28	-	446.095,28	7.262,77	-	7.262,77
TOTAL	4.551.701,42	-	4.551.701,42	3.352.703,21	-	3.352.703,21

a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	1.887.940,32	-	1.887.940,32	1.729.142,35	-	1.729.142,35
Custos de Transações Interfinanceiras	53.423,36	-	53.423,36	61.785,43	-	61.785,43
Seguro Prestamista	222.036,03	-	222.036,03	516.005,67	-	516.005,67
Despesas com Cartões	182.596,89	-	182.596,89	75.664,97	-	75.664,97
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	164.638,50	-	164.638,50	-	-	-
Segurança e Vigilância	135.300,22	-	135.300,22	135.821,97	-	135.821,97
Manutenção e Conservação de Bens	8.525,00	-	8.525,00	28.481,69	-	28.481,69
Transporte	17.929,74	-	17.929,74	16.556,39	-	16.556,39
Seguro	7.053,29	-	7.053,29	32.401,93	-	32.401,93
Compensação	196.688,61	-	196.688,61	50.612,42	-	50.612,42
Aluguéis	6.695,34	-	6.695,34	-	-	-
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	71.132,21	-	71.132,21	78.120,66	-	78.120,66
TOTAL	2.953.959,51	-	2.953.959,51	2.724.593,48	-	2.724.593,48

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:



Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco	5.248,22	-	5.248,22	889,00	-	889,00
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	19.808,02	-	19.808,02	31.244,78	-	31.244,78
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	5.994,79	-	5.994,79	1.559,13	-	1.559,13
Diferença de Caixa	43.644,96	-	43.644,96	6.558,78	-	6.558,78
Créditos de Terceiros	3.049,67	-	3.049,67	3.049,67	-	3.049,67
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	97.661,09	-	97.661,09	24.420,85	-	24.420,85
Pendências a Regularizar	22.111,79	-	22.111,79	116.832,40	-	116.832,40
Valores a Liquidar Consignado	3.504,17	-	3.504,17	-	-	-
Desconto Folha Pgto - Crédito	117.862,33	-	117.862,33	94.046,11	-	94.046,11
Outros Credores Diversos - País	57.113,03	-	57.113,03	80.243,18	-	80.243,18
TOTAL	375.998,07	-	375.998,07	358.843,90	-	358.843,90

20. Patrimônio Líquidoa) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 12.400,00 com recursos do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2023		31/12/2022
	Capital Social	Quantidade de Cooperados	
Capital Social	51.324.809,49	25.049	47.271.220,06
Quantidade de Cooperados			22.910

b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de abril de 2023 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela utilização de reserva legal para absorção das perdas no montante de R\$ 1.100.878,06 para exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

d) Perdas Rateadas

Conforme deliberado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de abril de 2015 e de 04 de maio de 2015 e na Assembleia Geral Extraordinária Conjunta de 01 de setembro de 2015, em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, foi deliberado o rateio entre os associados das perdas apuradas pela Cooperativa, no montante total de R\$ 407.733,62, relativas ao exercício de 2015, referente à Incorporação da Cooperativa de Crédito Rural de Bom Jardim – BOM CREDI, que serão pagas através de débito em conta corrente ou recebimento via caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das perdas rateadas correspondia ao montante de R\$ 149.559,09.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras/Perdas do exercício	4.436.066,16	(1.584.635,50)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	24.886,67	482.507,40
Base de cálculo das destinações	4.460.952,83	(1 102 128,10)
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(2.230.476,42)	-
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (b)	(446.095,28)	-
(+) Reversão/Realização de Reservas	-	1.250,04
Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral	1.784.381,13	(1 100 878,06)



a) 50% para o Fundo de Reserva, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao fundo de reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	162.677,98	331.726,82	361.480,54
Rendas de Empréstimos	21.666.463,01	41.615.077,12	29.987.569,06
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.172.705,17	4.385.199,11	3.681.453,67
Rendas de Financiamentos	1.004.144,65	1.858.140,67	1.449.216,72
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	755.616,97	1.298.160,40	656.423,14
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	171.818,19	297.256,12	227.111,53
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	142.411,30	234.884,79	516.952,47
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	222.447,72	454.327,65	153.666,62
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	714.448,74	1.867.771,59	1.566.101,19
TOTAL	27.012.733,73	52.342.544,27	38.599.974,94

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(13.242.508,51)	(25.764.418,99)	(17.177.685,17)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.475.152,90)	(3.012.122,96)	(3.612.518,45)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(8.425.048,48)	(15.393.712,14)	(10.260.279,97)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.740.878,10	6.860.004,59	5.545.073,16
Reversões de Provisões para Outros Créditos	98.958,63	286.675,64	104.034,79
Provisões para Operações de Crédito	(10.441.511,02)	(19.198.395,60)	(13.817.822,54)
Provisões para Outros Créditos	(1.823.374,19)	(3.341.996,77)	(2.091.565,38)
TOTAL	(23.142.709,89)	(44.170.254,09)	(31.050.483,59)



24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	958.109,54	1.836.894,32	1.802.360,31
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	1.959.349,59	2.678.564,03	-
Rendas de Convênios	80.979,28	166.291,14	166.962,60
Rendas de Comissão	2.312.288,81	4.670.512,59	3.244.294,16
Rendas de Credenciamento	2.497,08	7.595,74	245,00
Rendas de Cartões	363.062,52	814.145,26	1.160.751,47
Rendas de Outros Serviços	2.758.542,07	5.368.604,67	4.865.001,01
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	415.737,38	481.552,15	-
TOTAL	8.850.566,27	16.024.159,90	11.239.614,55

a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	533.583,80	1.009.592,80	750.731,71
Rendas de Serviços Prioritários - PF	636.299,00	1.169.639,60	1.008.331,93
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	-	-	113,80
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.121.682,01	4.030.687,35	3.445.528,27
TOTAL	3.291.564,81	6.209.919,75	5.204.705,71

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(16.411,26)	(66.892,12)	(127.791,38)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(985.454,94)	(1.944.102,67)	(1.488.473,49)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.436.534,87)	(4.496.739,68)	(3.678.903,85)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.888.859,58)	(3.607.152,79)	(3.216.801,28)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.442.648,23)	(10.282.407,32)	(9.258.207,32)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(9.972,57)	(20.063,48)	(20.941,11)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(110.009,84)	(248.050,99)	(342.728,07)
TOTAL	(10.889.891,29)	(20.665.409,05)	(18.133.846,50)



27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(150.514,52)	(345.949,86)	(378.643,66)
Despesas de Aluguéis	(696.162,02)	(1.405.307,41)	(1.188.868,51)
Despesas de Comunicações	(156.654,93)	(314.625,88)	(334.340,65)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(264.379,49)	(560.620,91)	(669.377,95)
Despesas de Material	(74.687,88)	(160.289,25)	(185.329,36)
Despesas de Processamento de Dados	(1.473.758,22)	(2.931.205,12)	(2.388.444,67)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(444.650,99)	(638.961,59)	(100.777,85)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(179.875,34)	(426.560,01)	(492.699,38)
Despesas de Publicações	-	-	(580,00)
Despesas de Seguros	(130.315,98)	(227.525,61)	(161.471,16)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.221.947,44)	(2.433.431,59)	(2.516.953,67)
Despesas de Serviços de Terceiros	(465.035,52)	(855.334,43)	(1.175.884,79)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.006.776,05)	(2.055.979,10)	(2.094.702,24)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(565.916,33)	(1.095.691,69)	(877.105,89)
Despesas de Transporte	(318.198,29)	(667.119,76)	(854.510,63)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(252,78)
Despesas de Viagem no País	(93.663,88)	(124.828,56)	(153.653,13)
Despesas de Depreciação/Amortização	(445.413,40)	(885.402,32)	(902.110,26)
Outras Despesas Administrativas (a)	(1.734.496,16)	(3.220.353,99)	(3.271.341,46)
TOTAL	(9.422.446,44)	(18.349.187,08)	(17.747.048,04)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Livros jornais e revistas	-	-	(39,98)
Condomínio	(5.209,32)	(6.885,49)	(5.260,03)
Contribuição sindical patronal	(16.662,21)	(33.324,39)	(31.176,78)
Emolumentos judiciais e cartorários	(222.708,04)	(427.559,09)	(303.272,98)
Copa/cozinha	(7.131,06)	(12.120,17)	(27.012,08)
Lanches e refeições	(44.767,27)	(87.763,91)	(73.586,31)
Uniformes e vestuários	(210,00)	(240,00)	-
Contribuição a OCE	(24.724,08)	(49.448,16)	(46.311,30)
Taxas da junta comercial	(1.276,00)	(1.953,00)	(3.968,00)
Impostos e taxas	-	(235,80)	(2.261,77)
Medicamentos	(1.190,94)	(1.190,94)	-
Marcas e patentes	-	-	(308,13)
Multas e juros diversos	(3.985,57)	(3.985,57)	-
Sistema cooperativista	(9.742,76)	(31.195,53)	(40.491,47)
Mensalidades diversas	(3.057,23)	(5.850,09)	(19.790,07)
Rateio de despesas da Central	(732.386,40)	(1.275.415,62)	(1.290.722,40)
Ações judiciais	-	-	(6.657,33)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(99.689,10)	(195.328,26)	(208.648,12)
Serviço tesouraria Bancoob	-	(814,26)	-
Alocação de despesas - Central	-	(2.198,77)	(527.444,21)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(168.622,33)	(339.674,71)	(355,77)
Outras despesas indevidutíveis	(7.944,44)	(8.016,29)	-
Outras despesas administrativas	(385.189,41)	(737.153,94)	(684.034,73)
TOTAL	(1.734.496,16)	(3.220.353,99)	(3.271.341,46)



28. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(123.746,73)	(244.241,11)	(186.923,15)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(129.469,48)	(271.990,94)	(215.774,90)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(111.995,31)	(236.411,84)	(154.267,01)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(68.491,93)	(134.881,48)	(94.764,58)
TOTAL	(433.703,45)	(887.525,37)	(651.729,64)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	14.629,94	58.412,92	33.261,73
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	-	361,08
Distribuição de sobras da central	-	42.088,06	79.353,45
Outras rendas operacionais	6.605,38	64.116,08	69.747,43
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	2.002.855,99	4.127.592,60	3.185.862,93
Juros ao Capital Recebidos da Central	447.184,15	447.184,15	260.033,26
TOTAL	2.471.275,46	4.739.393,81	3.628.619,88

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(5.507,52)	(5.507,52)	-
Outras Despesas Operacionais	(206.233,91)	(473.627,43)	(288.032,16)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(1.739.386,32)	(2.359.563,35)	-
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(743.080,80)	(1.424.530,30)	(986.836,35)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(12.655,77)	(28.136,18)	(110.231,88)
Perdas - Fraudes Externas	(8.498,69)	(56.227,88)	(322.660,50)
Perdas - Práticas Inadequadas	(28.234,99)	(53.520,73)	(17.176,75)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(17.761,75)	(70.253,12)	(482.507,40)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	-	(17.623,90)	-
TOTAL	(2.761.359,75)	(4.488.990,41)	(2.207.445,04)

a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 24(a).

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para Contingências	-	-	(58.443,36)
Reversões de Provisões para Contingências	58.443,36	58.443,36	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	143.246,22	(54.667,04)	(211.910,08)
Provisões para Garantias Prestadas	(533.005,73)	(1.181.652,13)	(989.051,74)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	676.251,95	1.126.985,09	777.141,66
TOTAL	201.689,58	3.776,32	(270.353,44)

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros	-	-	12.738,31
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	-	-	15.000,00
Ganhos de Capital	6.813,95	13.444,64	31.381,59
Provisões/Reversões Não Operacionais			
Outras Rendas Não Operacionais	48.963,23	48.963,23	-
(-) Perdas de Capital	(43.412,60)	(46.770,38)	(3.270,37)
TOTAL	12.364,58	15.637,49	54.469,23

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.



34.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	714.358,91	0,2644%	3.082,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	123.951,58	0,0459%	1.094,67
TOTAL	838.310,49	0,3103%	4.176,67

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023

Empréstimos e Financiamentos	0,3110%
Aplicações Financeiras	0,5355%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	11.959,65	73,62	0,6632%
Conta Garantida	29.518,03	885,54	0,7764%
Empréstimos	1.745.062,97	21.862,63	0,7864%
Financiamentos	68.662,97	1.015,30	0,5190%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	101.348,72	0,1041%	-
Depósitos a Prazo	588.368,86	0,3102%	0,8881%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	982.328,03	5,4107%	0,9411%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	509.609,79	2,0878%	0,8942%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,3351%	70,46
Financiamentos	1,3100%	55,63
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	98,5203%	51,02
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,9154%	16,70
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,9318%	14,60

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alcada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	116.246,28
Empréstimos	1.840.650,20

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	182.783,76	108.557,34



Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(192.299,51)	(322.111,09)	(125.749,77)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(972.526,94)	(1.913.808,48)	(1.470.353,35)
Plano de Saúde	(12.928,00)	(30.294,19)	(18.120,14)
TOTAL	(1.177.754,45)	(2.266.213,76)	(1.596.103,12)

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB FLUMINENSE, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB FLUMINENSE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RIO:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota	139.475.330,99	84.950.445,09
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 6.a)	6.727.424,80	5.472.515,33
Total das Operações Ativas	146.202.755,79	90.422.960,42
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses – Nota 15.b)	4.373.615,89	13.781.647,59
Total de Operações Passivas	4.373.615,89	13.781.647,59

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RIO:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4.a)	7.442.730,14	14.213.027,71	9.639.888,96
Total das Receitas	7.442.730,14	14.213.027,71	9.639.888,96
Rateio de Despesas da Central – Nota 27.a)	(732.386,40)	(1.275.415,62)	(1.290.722,40)
Alocação de Despesa da Central – Nota 27.a)	-	(2.198,77)	
Total das Despesas	(732.386,40)	(1.277.614,39)	(1.290.722,40)

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	57.834.225,59	50.207.360,47
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	274.224.272,51	242.960.422,90
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	19,74	20,66
Imobilizado para cálculo do limite	7.379.358,93	7.711.071,62
Índice de imobilização (limite 50%) %	12,76	15,36

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(24.720,44)	(46.015,46)	(55.375,67)



37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas. O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos



valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (Δ EVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (Δ NII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;



c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

